

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

MARIA DE LOURDES MARTINS MURAMATSU

**A LÍNGUA E A HISTÓRIA EM DOCUMENTOS PRODUZIDOS POR
CRUZ E SOUSA NO FINAL DO SÉCULO XIX**

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO

2007

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

MARIA DE LOURDES MARTINS MURAMATSU

**A LÍNGUA E A HISTÓRIA EM DOCUMENTOS PRODUZIDOS POR
CRUZ E SOUSA NO FINAL DO SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de **MESTRE** em Língua Portuguesa, sob a orientação do **Professor Doutor Jarbas Vargas Nascimento**.

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

**SÃO PAULO
2007**

BANCA EXAMINADORA

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, Bruno e Mayara. Eu amo vocês.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e pela oportunidade de vivenciar um momento como esse.

Ao professor Doutor Jarbas Vargas Nascimento, meu orientador e amigo, pela paciência, disponibilidade e atenção.

Às professoras Doutoradas da Banca do Exame de Qualificação, Mercedes Fátima de Canha Crescitelli e Lilian Maria Ghiuro Passarelli, pelas expressivas sugestões dadas a nossa pesquisa.

A todos os professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pelos ensinamentos, auxiliando-me, sobretudo, em minha formação.

Aos colegas do Programa, por dividirem experiências e conquistas.

À minha amiga Miriam Arruda, por me incentivar a ingressar na pós-graduação e por estar ao meu lado durante todo o curso.

Aos meus colegas e amigos da Escola Estadual Professor José Jorge do Amaral, por terem me incentivado e torcido por mim nos momentos mais difíceis da elaboração desse trabalho.

À supervisora de ensino Helenir da Diretoria de Ensino de São Bernardo do Campo, pela paciência, orientação, credibilidade, apoio e atenção durante todo o curso.

À minha amiga Carla Dotto, pelo carinho e apoio na execução desta pesquisa.

Aos meus irmãos Altair e Rafael, a minha mãe Maria Angélica, a minha sobrinha Fernanda e a minha cunhada Márcia pelo apoio técnico e afetivo que me deram durante toda a minha vida e, em especial, durante a elaboração dessa pesquisa.

À Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo, pelo programa Bolsa Mestrado e ajuda financeira.

MARIA DE LOURDES MARTINS MURAMATSU
A LÍNGUA E A HISTÓRIA EM DOCUMENTOS PRODUZIDOS POR CRUZ E
SOUSA NO FINAL DO SÉCULO XIX

RESUMO

Nesta Dissertação, ao aproximar Língua e História da realidade social com o objetivo de examinar a língua portuguesa em uso no Brasil e as referências ao homem negro e à abolição da escravidão durante o século XIX, obtivemos como resultado a identificação de características da época. Ao tomarmos a língua como prática social, questionamos em que medida as escolhas lingüísticas expressam as posições políticas, históricas e intelectuais de então.

O movimento pela abolição da escravidão mobilizou alguns dos nossos intelectuais e a imprensa que, aliando-se a eles, materializou em documentos, fatos ocorridos, tornando-os mais compreensíveis à sociedade. O reconhecimento da importância do contexto e da análise histórico-lingüística do documento faz com que o homem possa reconstituir o passado dele mesmo e da língua, fazendo com que compreenda melhor à luz das teorias modernas esse passado.

A escolha da Historiografia Lingüística como suporte teórico-metodológico se justifica em virtude do aparato interdisciplinar que ela estabelece, em essência com a Lingüística e a História, no processo de interpretação de documentos, abrangendo uma visão ampla da língua e do homem, tratando-os em sua totalidade e não apenas do ponto de vista sociológico ou antropológico, mas em uma dimensão lingüística, fato que permite entender o homem e sua interação com o grupo social.

O recurso da metalinguagem e a operacionalização dos princípios propostos por Konrad Koerner são privilegiados em nossa análise. Valorizamos o caráter documental dos textos *Piparotes* produzidos por Cruz e Sousa no jornal *O Moleque* em 1885, e que foram tomados como amostra, chegando a considerar que tais textos foram significativos na sociedade da época e auxiliaram a reconstruir lingüisticamente a realidade.

Palavras-chave – Historiografia Lingüística, língua portuguesa, história, homem negro.

**THE LANGUAGE AND THE HISTORY IN DOCUMENTS PRODUCED BY CRUZ
E SOUSA IN THE END OF THE 19TH CENTURY
ABSTRACT**

In this Dissertation, while bringing Language and History closer to the social reality with the objective to check the references to the afro-american man and the abolition of slavery during the 19th century, it turned in the identification of some of the characteristics of the Portuguese in use to that time. While taking the language like social practice, we question in which measure the linguistic choices express the political, historical and intellectual positions of those days.

The movement for the abolition of the slavery mobilized some of our intellectuals and the press that, allying with them, materialized occurred facts into documents, making them more understandable to the society. The recognition of the importance of the historical-linguistic context and of the analysis of the document does so that the man can reconstitute his own past and the past of the language, doing so they understand better this past by the light of the modern theories.

The choice of the Linguistic Historiography as a theoretical and methodological support, is justified in virtue of the interdisciplinary apparatus that it established, in essence between Linguistics and the History, in the process of interpreting documents, comprising a spacious vision of the language and of the man, treating them in their totality and not only by the sociological or anthropological point of view, but in a linguistic dimension, fact that allows us to understand the man and his interaction with the social group.

The resource of the metalanguage and the application of the principles proposed by Konrad Koerner are privileged in our analysis. We value the documentary character of the *Piparotes* texts produced by *Cruz e Sousa* for “*O Moleque*” newspaper between 1885, and which were taken like sample, coming to think that such texts were significant in the society of the time and helped rebuilding reality linguistically.

Key words: Linguistic historiography, language, history, afro-american man.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1 – A BASE TEÓRICA: A HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA	
1.0 - Considerações Iniciais	08
1.1 - Antecedentes da Historiografia Lingüística	08
1.1.1 – Alguns aspectos sobre Memória e História.....	11
1.2 - Lingüística e História como ciência	16
1.3 - A Interdisciplinaridade.....	27
1.4 - Historiografia Lingüística: Concepção e Princípios	30
1.5 - A noção de Documento	35
1.6 – A Metalinguagem	36
1.7 – Argumento de Influência	39
CAPÍTULO 2 – CONTEXTUALIZAÇÃO: O FINAL DO SÉCULO XIX	
2.0 - Considerações iniciais.....	43
2.1 - O Brasil no final do século XIX	44
2.2 - A sociedade e sua constituição	53
2.3 - A Língua Portuguesa no final do século XIX	57
2.4 – Situação do negro no final do século XIX	60
2.5 - Florianópolis e a imprensa no século XIX	65
CAPÍTULO 3 – A LÍNGUA E A HISTÓRIA EM DOCUMENTOS PRODUZIDOS POR CRUZ E SOUSA	
3.0 – Considerações Iniciais.....	68
3.1 – A vida e a obra de Cruz e Sousa.....	69
3.2 – A amostra.....	72
3.3 – A ortografia presente nos textos	74
3.3.1 – Características prosódicas.....	76
3.4 – Relação tema e título	77

3.5 – A estrutura do texto	80
3.5.1. A organização do texto	85
3.6 – A argumentação	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
ANEXOS.....	100

INTRODUÇÃO

**Filho meu, de nome escripto
Da minh'alma no Infinito.**

**Escripto a estrellas e sangue
No pharol da lua langue...**

**Das tuas azas serenas
Faz manto para estas penas.**

Recólta d'estrellas – Cruz e Sousa

Este trabalho insere-se na linha de pesquisa História e Descrição de Língua Portuguesa mais especificamente centrado nas investigações levadas a efeito no Grupo de Pesquisa *Memória e Cultura na Língua Portuguesa Escrita no Brasil*, cadastrado no diretório do CNPq e que reúne pesquisadores e estudantes da PUC/SP, e pretende examinar, por meio do Português em uso no Brasil no século XIX, as referências a etnia negra e a abolição nos anos finais do século XIX em textos produzidos por Cruz e Sousa no Semanário *O Moléque* em 1885.

Esta dissertação tem como tema um estudo da língua e da história em 9 recortes retirados do semanário *O Moléque* do final do século XIX. Tais recortes fazem parte de textos escritos sob o título de *Piparotes*, que se assemelham a editoriais atuais, e foram produzidos por Cruz e Sousa durante sua fase jornalística. Essa relação entre língua e história permite que reconheçamos a importância do saber contextual, já que são propostas análises lingüístico-históricas que reconstroem o passado e possibilitam a compreensão à luz de teorias atuais.

Os recortes, que utilizaremos como amostra, fazem parte do semanário *O Moléque*, publicado em 1885 em Florianópolis, Santa Catarina, arquivados no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e serão analisados na perspectiva

histórico-lingüística, podendo revelar, dessa maneira, marcas do português em uso àquela época, bem como as referências ao homem negro. Nosso intuito é desvelar dados de usos lingüísticos do Brasil e da memória social que possibilitem uma compreensão histórico-lingüística do final do século XIX, partindo do seguinte problema de pesquisa: como são as referências ao homem negro do final do século XIX em textos produzidos também por um homem negro?

A possibilidade de contribuir para a historiografia da Língua Portuguesa, também é fator determinante para a realização desta pesquisa, já que estudaremos documentos significantes para o século XIX. Os recortes escritos em meio às discussões sobre a abolição veiculados naquela sociedade, podem ser examinados por diferentes olhares. Por um lado como um simples meio de passagem de informação, por outro, como documento materializador de fatos sociais que, por se tornarem objeto de reflexão e de um esforço de codificação, evidenciam os usos revelando a representatividade social do indivíduo em sua escrita e, também, as relações do grupo que influenciam essa mesma produção

A História Nacional e a Língua Portuguesa em uso no Brasil do final do século XIX revelam a constituição da identidade social, entre outras, da etnia negra e permitem que se faça um trabalho voltado para a reflexão sobre os mecanismos lingüísticos, com base em seus postulados teóricos, explicitados pelos princípios da Historiografia Lingüística. Pesquisas sobre esse assunto já foram realizadas, e o processo de abolição da escravatura e as referências à etnia negra durante o século XIX oferecem campo de pesquisa para muitos outros trabalhos.

No final do século XIX, a escravidão impunha limites epistemológicos para o desenvolvimento pleno do país, mas isso estava fora da preocupação dos governantes. Somente com o movimento abolicionista é que o negro foi integrado às preocupações nacionais, pois o sistema escravista não permitia a entrada do progresso, sendo um entrave ao avanço econômico, político e cultural do país. Tal movimento levou muitos escritores a defenderem a abolição e atos de libertação de escravos, entre eles o produtor dos textos a serem analisados neste trabalho, Cruz e Sousa que era negro e se distinguia dos outros negros da época por dois

motivos: era livre e, sendo assim, não participava da grande massa escrava; e era um jornalista, o que lhe rendeu o emprego de redator do Jornal *O Moléque* facilitando a divulgação de textos, produzidos por ele próprio, que faziam referência à abolição e atos de libertação de negros.

Em nossa pesquisa, levaremos em consideração que a língua não é apenas um conjunto de regras gramaticais e sim uma prática social, na qual se situa o homem e seu tempo. A curiosidade cada dia mais acentuada pelos estudos relacionados à vida do negro no cenário nacional é um dos aspectos de interesse dedicado ao conhecimento dos problemas brasileiros e que motivaram nossa pesquisa, já que os textos reúnem todo conhecimento de seu produtor num dado momento, tornando-se uma realidade histórica, como assevera Sylvain Auroux (1992: 11-12):

O ato de saber possui uma espessura temporal, um horizonte de retrospectiva, assim como um horizonte de projeção. O saber não destrói seu passado; (...) ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina, o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber.

A língua possibilita a interação dos homens consigo mesmo e com o mundo. É, portanto, uma prática social, onde as marcas lingüísticas revelam o dito e o contexto das relações sociais, assim sua utilização é influenciada pelo meio social que dita o que pode e deve ser dito, já que o exterior envolve o indivíduo e faz com que ele escolha seu léxico a partir de seu envolvimento com o meio, refletindo sua interação. Segundo Eugenio Coseriu (1979: 65-66):

O falar é sempre falar uma língua, justamente porque é falar (e não mero exteriorizar), porque é “falar e entender”, expressar para que o outro entenda, ou seja, porque a essência da linguagem ocorre no diálogo. Donde também que o que é compreendido pelo ouvinte, enquanto compreendido, seja apreendido e se torne “língua” (saber lingüístico), e possa ser utilizado como modelo para posteriores atos de expressão: o ouvinte não só entende o que o

falante diz, mas percebe, do mesmo modo, a maneira pela qual o diz.

Para a análise, adotaremos o princípio da contextualização, o princípio da imanência e o princípio da adequação teórica traçados por Konrad Koerner (1996). Conforme afirma Jarbas Vargas Nascimento (2005: 7):

Embora os estudos histórico-lingüísticos constituam um campo pouco desenvolvido no Brasil, eles vêm despertando interesses internacionais e nacionais nas últimas décadas. Marcadas por direcionamentos advindos de autores estrangeiros consagrados, como Pierre Swiggers, Konrad Koerner, Sylvain Auroux, entre outros, as pesquisas que objetivam uma relação entre a língua e a história são poucas, devido, talvez, não somente à dificuldade de acesso a documentos, mas também ao caráter interdisciplinar pretendido pelo novo paradigma da ciência, que se contrapõe a uma visão conservadora e unidimensional. Soma-se a isso a atitude do historiógrafo da língua, de quem se requer conhecimento amplo, competência em sua especificidade, além de abertura ao diálogo que se faz necessário estabelecer entre a Lingüística e a História dentre outras áreas de conhecimento.

Nos estudos na perspectiva da Historiografia Lingüística, segundo K. Koerner (1996), não se deve apoiar em um discurso identificado com saberes predeterminados e redutores, mas em uma abrangente e complexa rede discursiva que pressuponha uma prática interdisciplinar para a determinação dos aspectos lingüísticos de uma época. É o equilíbrio entre o conhecimento lingüístico e as representações culturais, buscando ressaltar as relações sociais e individuais, que perfazem os aspectos lingüísticos das formas de produção de um determinado documento.

Por ser uma ciência descritiva e explicativa, a Historiografia Lingüística permite a compreensão das particularidades da língua a partir de um determinado documento inserido em um contexto histórico-social. Esse documento não precisa

ser necessariamente uma gramática, um dicionário, ou um livro didático, mas também uma obra literária, correspondências, textos escritos em jornais etc.

A opção pela abordagem teórico-metodológica da Historiografia Lingüística permite um olhar os textos produzidos pela imprensa como um documento histórico, aberto à interpretação, que estabelece, por meio da concretização e da repercussão dos direitos do homem, um estado de língua. Além disso, percebemos que os fatos, as notícias, as informações e, particularmente, os documentos podem ser interpretados interdisciplinarmente, pois refletem a língua em uso e a história. Por isso a Historiografia Lingüística aparece como a base investigativa de nossa pesquisa, fundamentando o processo de análise do documento histórico-lingüístico enquanto materializador do cotidiano do homem.

O fato de que a imprensa tem impulsionado, ao longo do tempo, mudanças profundas na formação de opinião e se apresenta como um processo de objetivação da língua, também nos motivou a tomar os recortes de *O Moléque* como objeto de análise. As influências contextuais incidem sobre a vida de cada indivíduo e de seu grupo gerando sobre eles uma imagem particular e social. Dado que o homem se caracteriza como um ser lingüístico, investido das influências que recebe, deixa que tais influências se reflitam em sua consciência e, também, na língua que utiliza no processo de interação social.

A imprensa constitui-se um dos meios que o homem tem para documentar os fatos e fazer com que as informações se perpetuem, tornando-se, assim, um elo de ligação temporal que permite informar-se, entender-se e buscar o seu autoconhecimento, no mesmo instante em que constrói a memória e busca uma identidade nacional e lingüística. O passado constitui, assim, a história e os documentos se tornam espaços da experiência vivida. Uma das funções da história é a de indicar o funcionamento da sociedade, já que o documento, ao retratar o passado, atua como um modelo para o presente e para o futuro.

Nossa proposta de pesquisa torna-se relevante aos conhecimentos histórico-lingüísticos, pois os recortes de *O Moléque* consolidam-se não somente como lugar da memória, isto é, espaço em que a lembrança social é perpetuada,

mas como uma metalinguagem, por meio da qual os fatos histórico-culturais permitem interpretar a história, o homem, a língua e a sociedade.

Salientamos, ainda, que a orientação da Historiografia Lingüística, que se configura nos domínios de articulação da Lingüística e da História, duas áreas de conhecimento que, aliadas a outras ciências humanas, são capazes de dar conta da descrição e explicação dessa articulação. Por conta disso, faz-se necessário que, no processo de elaboração da pesquisa, aprofundemos o conhecimento lingüístico, além de outros afins, para termos uma compreensão adequada de nosso objeto particular de pesquisa. Como pesquisadores, devemos nos familiarizar com mais de uma fonte de transmissão de teoria e práticas lingüísticas, bem como de suas mudanças ao longo do tempo, pois a Historiografia Lingüística não pode ser estudada separada das influências intelectuais gerais em que os recortes de O Moleque foram escritos.

Esta dissertação apresenta-se estruturada em três capítulos, nos quais estudamos os pressupostos teóricos e realizamos as análises decorrentes daquela teoria.

No primeiro capítulo, A base teórica: A Historiografia Lingüística, fornecemos os fundamentos teóricos que respaldam a análise da amostra selecionada, ou seja, a explanação das concepções de História e Lingüística para, depois, nos atermos à Historiografia Lingüística.

No segundo capítulo, Contextualização: o final do século XIX, operacionalizamos o princípio de contextualização que marca o clima de opinião ou espírito da época, de modo particular, o movimento pela abolição e o tratamento que era dado ao negro, com a preocupação com as concepções lingüísticas vigentes no Brasil, bem como com o uso da Língua Portuguesa.

No terceiro capítulo, A Língua e a História em documentos produzidos por Cruz e Sousa, trabalhamos os princípios de imanência e de adequação teórica, a fim de proceder à análise da amostra selecionada, em que buscamos verificar a ortografia, relação entre título e tema, a estrutura do texto e argumentação utilizados por Cruz e Sousa.

Por fim, seguirão as considerações finais, a bibliografia e os anexos.

CAPÍTULO 1

A BASE TEÓRICA: A HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA

1.0 Considerações iniciais

Como a língua tem como função básica a interação social, sendo processo e produto da atividade histórica do homem, é possível estudá-la na perspectiva da Historiografia Lingüística, que tem ganhado amplitude nas teorias de K. Koerner, ao propor a análise de documentos com base nos princípios de contextualização, imanência e adequação.

Trataremos, pois, inicialmente, das concepções e relações entre Memória, História e Lingüística. A seguir, a concepção de Historiografia Lingüística, documento, metalinguagem e argumento de influência que constituem a base teórica desse trabalho.

1.1 Antecedentes da Historiografia Lingüística

A última metade do século XIX caracteriza-se como a época dos neogramáticos, uma geração de lingüistas da Universidade de Leipzig que, questionando certos pressupostos da prática histórico-comparativa, estabelece uma orientação metodológica diferente para a mudança lingüística. A fonética passa a explicar as transformações lingüísticas e um dos defensores dessa teoria é Hermann Paul.

Segundo H. Paul (1966), a ciência de princípios é um modo de observação das transformações lingüísticas. Por meio dessa ciência, defende que, para estudar uma língua, é necessário observar os seus princípios fonéticos, morfológicos, sintáticos e semânticos que têm origem físico-psíquica.

Para H. Paul o saber individual se refere a conclusões particulares. Há, porém, uma relação que leva a concordância e ao entendimento. Essa concordância está ligada ao espírito, à natureza e às vivências que possibilitam o entendimento entre

os indivíduos, observado o princípio de que a alma estranha tem as mesmas relações e as mesmas impressões físicas com o mundo que a cerca.

Toda a manifestação criativa da linguagem é individual e, em concordância com outros indivíduos, transmite-se e estes a transformam e a adaptam às suas necessidades, ou seja, na medida em que a criação lingüística é transmitida a um indivíduo e transformada por ele, se dá uma união e uma divisão de um trabalho sem os quais não se pode imaginar qualquer cultura.

H. Paul postula que todos os campos lingüísticos evoluem gradativamente, uma vez que o indivíduo ora é agente, ora paciente na relação da língua com a comunidade a que esse indivíduo pertence. Dessa relação, surgem as divergências individuais que possibilitam as mudanças necessárias no uso da língua.

Essas modificações ocorrem por meio das relações espontâneas do indivíduo, como falar, pensar e seu convívio social com os outros elementos que o cercam. Uma modificação do uso só poderá efetuar-se quando ambas as coisas coincidirem. O indivíduo está sempre sujeito à influência de outros, mesmo quando já absorveu completamente o que é usual na língua.

Para criar uma língua individual, as línguas de muitos outros indivíduos participam de formas diferentes, de acordo com os contatos que ele tem durante sua vida. As línguas individuais podem ser ativas e passivas em relação umas às outras no processo de criação. A criação da língua de um indivíduo se dá pela convivência com o grupo de outros falantes. A origem só é contada na medida em que influencia a natureza física e espiritual de cada um e é um fator na formação da língua, mas muito secundário em comparação com as influências do convívio. As modificações no uso da língua são, de um lado, produto dos impulsos espontâneos de cada indivíduo e, por outro, das relações de convívio.

As mudanças são mais sentidas na fonética, já que um som nunca é reproduzido da forma que é recebido. A causa disso é que tudo influencia a fala pelo convívio pessoal imediato. A transmissão indireta não oferece dificuldades no que diz respeito ao vocabulário e ao sentido das palavras.

As diferenças fonéticas são maiores do que as morfológicas e sintáticas e se estendem por longo período de tempo. Porém, quando se dá uma verdadeira separação lingüística, a diferença que mais caracteriza a mudança nas línguas é a fonética. Disso decorre a prevalência, na época, das chamadas leis fonéticas, das quais nenhuma falante escapava.

Com referência ao vocabulário, as mudanças também aparecem com intensidade, pois sobre ele incidem influências de hábitos. Termos técnicos, por exemplo, estão em constante transformação, acompanhando a evolução científica. Novos termos são criados a todo o momento, ou adaptados de acordo com a necessidade. Na formação das línguas artificiais, entram condições semelhantes às da criação dos dialetos.

H. Paul afirma que, para se compreender os fenômenos relacionados à língua, é preciso, antes, entender os fenômenos lingüísticos manifestados na alma humana.

Ainda sobre essas modificações da língua, segundo Ricardo Cavalliere (2000), a perspectiva histórica nos estudos da língua no século XIX foi uma inovação, já que os fatos passados, até aquele momento, tinham apenas referências superficiais. Assim, as línguas começaram a ser estudadas desde suas origens. Porém, no final do século XIX e começo do século XX, a questão histórica na língua foi deixada um pouco de lado, por conta dos avanços tecnológicos e, surge então, a teoria gerativista de Chomsky que privilegia os estudos históricos da língua e observa a formação de sentenças lingüísticas do indivíduo apoiada em outras já existentes. Observadas as contribuições que deram à Lingüística as teorias gerativistas, estruturalistas e a pragmática, não podemos dizer que somente os fenômenos das línguas ao redor de si mesmas devam ser colocadas, mas também, os estudos históricos. Assim a Historiografia Lingüística, com seu caráter pluridisciplinar, apresenta no âmbito de sua cientificidade, o elo que podemos fazer frente aos estudos histórico-contextuais e dos estudos lingüísticos.

1.1.1 Alguns aspectos sobre memória e história

É necessário entendermos as relações entre memória e história, para que possamos estudar a amostra escolhida, ou seja, os textos do jornal *O moleque*. Esses textos abordam questões referentes ao homem negro e ao processo de abolição, desencadeado no final do século XIX.

Segundo Jacques Le Goff (2003:419), memória é:

Fenômeno individual e psicológico (cf. soma/psiche), a memória liga-se também à vida social (cf. sociedade). Esta varia em função da presença ou da ausência da escrita (cf. oral/escrito) e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado (cf. passado/presente), produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história (cf. fillogia), acumular objetos (cf. coleção/objeto). A apreensão da memória depende deste modo do ambiente social (cf. espaço social) e político (cf. política): trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos (cf. imaginação social, imagem, texto) que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo (cf. ciclo, gerações, tempo/temporalidade).

As direções atuais da memória estão, pois, profundamente ligadas às novas técnicas de cálculo, de manipulação da informação, do uso de máquinas e instrumentos (cf. máquina, instrumento), cada vez mais complexos.

A memória, para se tornar coletiva, parte das memórias individuais, que são construídas com base na interação oral entre as pessoas. J. Le Goff (2003: 424) expõe que *o primeiro domínio no qual se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquele que dá um fundamento aparentemente histórico – à existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem*.

A memória, bem como sua importância e funcionamento, vem sendo estudada há séculos. Para os antigos gregos, a memória era sobrenatural. Um dom a ser exercitado. A deusa *Mnemosine*, mãe das musas e protetora das artes

e da história, possibilitava aos poetas lembrarem do passado e transmiti-lo aos mortais, já que memória e imaginação tinham a mesma origem: lembrar e inventar.

O registro era visto como algo que contribuía para o enfraquecimento da memória, já que era transferido para fora do corpo do sujeito, mas os gregos desenvolveram muitas técnicas para preservar a lembrança sem lançar mão do registro escrito.

A invenção da imprensa e a urbanização, com mudanças fundamentais na organização, nas relações sociais, nas atividades, papéis e percepções do indivíduo, trouxeram mudanças importantes para a memória individual e coletiva de uma sociedade, baseada na transmissão oral dos saberes necessários ao trabalho e à vida em grupo. Novas ocupações, relacionadas ao comércio e à vida nas cidades, demandaram registros, desenvolvendo-se, a partir daí, artifícios cada vez mais sofisticados para guardar e disseminar a memória em textos e imagens.

J. Le Goff (2003:422-423) assevera que:

O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.

No estudo histórico da memória histórica é necessário dar uma importância especial às diferenças entre sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memória essencialmente escrita, como também às fases de transição da oralidade à escrita a que Jack Goody chama "a domesticação do pensamento selvagem".

A memória se transforma em algo inscrito e é objeto, na época moderna, de estudo de uma ciência chamada Epigrafia, auxiliar da História. Esse objeto de estudo não se restringe ao que está escrito em um suporte próprio para isso, mas em qualquer suporte. Vale lembrar que a escrita aparece em osso, estofa, pele e, então, em papiro, pergaminho e papel.

Conforme afirma J. Le Goff (2003:427-428):

O aparecimento da escrita está ligado a uma profunda transformação da memória coletiva. Desde o “Paleolítico Médio”, aparecem figuras nas quais se propôs ver “mitogramas”, paralelos à “mitologia” que se desenvolve na ordem verbal. A escrita permite à memória coletiva um duplo progresso, o desenvolvimento de duas formas de memória. A primeira é a comemoração, a celebração através de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável. A memória assume, então, a forma de inscrição e suscitou na época moderna uma ciência auxiliar da história, a epigrafia.

(...) A outra forma de memória ligada à escrita é o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita (depois de tentativas sobre osso, estofo, pele, como na Rússia antiga, folhas de palmeira, como na Índia; carapaça de tartaruga, como na China e finalmente papiro, pergaminho e papel). Mas importa salientar que todo documento tem em si um caráter de monumento e não existe memória coletiva bruta.

A escrita passou a ter grande importância e ocupar o espaço que antes era destinado à tradição oral, substituindo a efemeridade pela permanência e, com isso introduziu novos hábitos.

Apesar da escrita se tornar a memória de um povo e de uma cultura, havia um problema a ser sanado: os manuscritos iniciais eram gigantescos e pesados. Assim, houve necessidade da invenção e do refinamento do papel na China, o que facilitou a invenção da imprensa de Gutenberg, que se constituiu num instrumento de mudança que permitiu a emergência da ciência, da religião, da cultura, da política e dos modos de pensar.

Com a evolução da imprensa, o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de se fixar integralmente, pois também pode ser constantemente colocada em situação de exploração de novos textos. A memória coletiva passa a ter importância como mecanismo de luta das forças sociais pelo poder, uma vez que aqueles que

dominam as sociedades, são detentores , também, da memória e do esquecimento. *Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.* (Le Goff, 2003:422).

Até nossos dias, história e memória confundem-se. Parece que a história se desenvolveu sobre o modelo da rememoração, da anamnese e da memorização. Há uma relação intrínseca entre memória, história e historiografia.

No domínio da história, sob a influência das novas concepções do tempo histórico, desenvolve-se uma nova forma de historiografia – a história da história – que, de fato, evidencia, na maioria das vezes, os estudos da manipulação pela memória coletiva de um fenômeno histórico que só a história tradicional tinha, até então, estudado.

Devido às divergências entre autores, acerca do que é a história, surgem múltiplas definições. Conforme Le Goff (2003), *a história define-se em relação a uma realidade que não é observada e nem construída, mas sim indagada e testemunhada.* Assim, a história começa como um relato em virtude de seu objeto de estudo ser o homem, por isso também é considerada uma prática social.

Mediante a necessidade de o historiador misturar relato e explicação, ele fez da história um gênero literário, uma arte, ao mesmo tempo em que é uma ciência. Esse múltiplo posicionamento da história, no entanto, perdurou até o século XIX, a história misturou-se com a arte e com a filosofia, esforçou-se por se tornar mais específica, técnica e científica e menos literária e filosófica. No século XX, com o crescimento tecnológico, pode-se observar uma nova escritura da história.

O tempo é a matéria fundamental da história, pois desempenha papel de fio condutor e auxiliar da história. A oposição passado/presente é essencial na aquisição da consciência do tempo. No que se refere ao tempo histórico, podemos certificar-nos de que a visão de um mesmo passado muda segundo as épocas e que, o historiógrafo está submetido ao tempo em que vive. Essa relação entre presente e passado, no discurso sobre história, é sempre um aspecto essencial do problema tradicional da objetividade em história.

Se a história resumia-se à narrativa dos acontecimentos, a Historiografia tem como papel fundamental o registro desses acontecimentos sem problematizá-los ou questioná-los. É a vigência do paradigma da ciência normal *que não tem como objetivo trazer à tona novas espécies de fenômeno; na verdade aqueles que não se justam aos limites do paradigma freqüentemente nem são vistos*, de acordo com Thomaz S. Kuhn (2001:45).

A historiografia, nessa perspectiva científica, institui-se como método interdisciplinar, pelo fato de aceitar a colaboração de outras disciplinas como a Sociologia, a Psicologia, a Economia, a Geografia além da Lingüística a fim de registrar os feitos humanos em sua totalidade.

Assim, a memória não pode ser confundida com a história, mas como objeto de elaboração da história, levando o pesquisador a buscar um método que possibilite ampliar sua percepção de mundo e desenvolver a historiografia.

A memória é imprescindível para a construção da história. Em razão disso, a escrita e a imprensa sempre tiveram um papel importante nessa relação com textos que resgatam fatos passados e projetam, às vezes, o futuro, ao se compreender melhor o presente.

Ao observarmos os textos *Piparotes* de *O Moléque*, que constituem nossa amostra, percebemos que a memória coletiva faz-se presente, por exemplo, no texto “A Bastilha”, publicado em julho de 1885, em que Cruz e Sousa, por meio de seu pseudônimo Zé K, faz referência à batalha ocorrida na França em 14 de julho de 1789:

Ha edificio que tem a sua historia da mesma maneira que as sociedades, porque n'elles encarnara-se já um grandioso ou já um sinistro espirito – mais que nenhum outro acha-se neste caso, a terrivel prisão derrubada pelo sopro immortal da liberdade no notavel dia 14 de julho de 1789.

1.2A Lingüística e a História como ciência

Os estudos científicos realçaram a lógica como fator preponderante para os estudos da linguagem, na tentativa de buscar um paradigma científico. Segundo Julia Kristeva (1969:226):

Enquanto os gramáticos de Port-Royal tinham demonstrado que a linguagem obedece aos princípios da lógica do juízo, enquanto os Enciclopedistas queriam ver nela a lógica da natureza sensível e a confirmação da influência das circunstâncias materiais (clima, governo), o século XIX pretende demonstrar que a linguagem também tem uma evolução para basear nela o princípio da evolução da idéia e da sociedade.

Cristina Altman (1992:27) afirma que:

Na visão Kuhniana de processo científico, cada nova etapa de evolução implica em ruptura – de teorias, métodos, seleção de problemas e critérios de solução de problemas – como o conhecimento anterior. Ao invés de somente continuidade e acumulação, haveria, de tempos em tempo, períodos de descontinuidade e ruptura responsáveis pela formação de um novo paradigma, incomparável e incomensurável em relação ao que o precedeu. Assim, na conhecida – e controvertida – distinção Kuhniana entre períodos de “ciência extraordinária” (Kuhn 1987, Toulmin 1979, Watkins 1979), a Lingüística contemporânea, se encontraria, na melhor das hipóteses, em pleno estado de crise, à procura de um novo paradigma.

A língua se faz pelo aspecto histórico, num quadro de permanência e de continuidade, revelando a visão de mundo dos falantes, dos usuários que, individual ou coletivamente, alteram essa língua. Assim, as palavras só sobrevivem e têm história se aceitas e pronunciadas por uma coletividade. As manifestações lingüísticas, no *continuum* histórico, mostram-se de várias formas.

Segundo Carlos Alberto Faraco (2005), os primeiros estudos, denominados de gramática foram inaugurados pelos gregos. Eram baseados na lógica e estavam desprovidos de qualquer visão científica desinteressada da própria língua; visavam unicamente a formular regras para distinguir as formas corretas das

incorretas. Seguiram-se os estudos filológicos em que as questões lingüísticas eram abordadas, sobretudo, para comparar textos de diferentes épocas. Essa fase abriria os caminhos para a Lingüística Histórica. Segundo C. A. Faraco (2005:81)

A lingüística histórica – compreendida como a reflexão sobre as mudanças das línguas no eixo do tempo, sistematicamente realizada dentro dos pressupostos da prática científica moderna – nasceu nos fins do século XVIII.

A descoberta do sânscrito entre 1786 e 1816, leva a um método comparativo, em que se destaca o alemão Franz Bopp, que procurava estabelecer o ponto de contato entre os diversos sistemas lingüísticos, formulando o princípio de mudança lingüística aplicável a todas as línguas, provando que eram idênticas na origem, sofreram alterações e foram se diversificando.

Guilherme de Humboldt, outro lingüista, elaborou um mapa genealógico das línguas humanas, estabelecendo uma tipologia das estruturas das línguas, para que não entendêssemos a língua como uma entidade abstrata, ideal, fora da vida humana.

Esse método comparativo ampliou-se e criou áreas especializadas com o estudo específico. O estudo histórico-comparativo das línguas oriundas do latim foi denominado Filologia Românica.

Já nas últimas décadas do século XIX surgem os neogramáticos, uma nova geração de lingüistas que defendiam uma posição histórica, questionando certos pressupostos tradicionais da prática histórico-comparativa, estabelecendo uma orientação metodológica diferente e um conjunto de postulados teóricos para a interpretação da mudança lingüística. Um de seus representantes mais expressivos, Hermann Paul (1966), foi fundamental para que se estabelecesse à linguagem um caráter científico. Em seus estudos, Hermann Paul concebeu a língua como produto coletivo, já que todas as modificações no uso da língua são resultado do falar e do ouvir de muitos indivíduos.

O estabelecimento de pressupostos teóricos, que conferiram à linguagem o *status* de ciência, foi creditado a Ferdinand de Saussure (1916), que define a

língua como a parte social da linguagem exterior ao indivíduo, que existe em decorrência de um contrato estabelecido entre os membros de uma mesma comunidade e que o indivíduo tem necessidade de aprender para compreender seu funcionamento.

A língua é um objeto que se pode estudar separadamente, uma vez que se constitui num sistema de signos que une o sentido à imagem acústica e é um objeto de natureza concreta.

Para Ferdinand de Saussure, a fala é uma realização concreta e individual da língua, tendo como característica essencial a liberdade das combinações. A língua é a condição para a existência da fala, exatamente como a sociedade é condição para a existência do indivíduo. O signo lingüístico, segundo esse autor, une um conceito a uma imagem acústica.

Uma outra colocação de Ferdinand de Saussure é a distinção entre os eixos sobre os quais se situam os fatos que a ciência estuda. Os fatos científicos podem ser estudados como se estivessem situados num eixo de simultaneidade ou outro de sucessividade. O autor, para determinar o cruzamento desses dois eixos, nos introduz a Lingüística Sincrônica e a Lingüística Diacrônica. Na Sincrônica impõe-se o uso coletivo, e na Diacrônica há os processos de mudança que trata de fatores dinâmicos.

O dinamarquês Louis Hjelmslev (1975) apresenta uma teoria organizada no reconhecimento do sistema lingüístico em sua totalidade e língua como um sistema de figuras geradoras de signos. Segundo o autor, a teoria lingüística deve ser formulada de forma explícita e rigorosa, fazendo valer-se dos princípios, axiomas e definições previamente estabelecidos. Para ele, a Lingüística deve restringir seus estudos aos planos da forma da expressão e da forma do conteúdo.

Assim, o autor recusa-se a ver a língua como uma simples nomenclatura, como rótulos para as coisas e prefere empregar o termo “signo” para designar combinações de conteúdo e de expressão. O lingüista conclui que, todas as línguas têm em comum o princípio da estrutura. O que as diferencia, é o modo de aplicação concreta deste princípio em cada caso particular.

Já para a Lingüística Norte-Americana, em especial para um de seus maiores representantes, Edward Sapir (1969), a língua deve ser estudada em face da cultura e da organização do pensamento. Para o autor, a língua é uma função adquirida cujo processo de aquisição é totalmente distinto das funções biológicas inatas, é a comunicação de idéias por meio de símbolos.

A língua, para Edward Sapir, não é uma atividade simples e sim uma trama complexa e é impossível definir o vocábulo dentro de seu aspecto funcional, pois pode ser tudo, desde a expressão de um conceito simples até a expressão de um pensamento completo. O fato lingüístico essencial consiste na classificação, na configuração formal, na referência aos conceitos. Vista como uma estrutura, a língua, no seu aspecto interno, é a marca do pensamento.

Outro aspecto a considerar é que a língua é um produto histórico. As variações individuais desaparecem diante de concordâncias que ressaltam a língua do grupo em conjunto quando comparada à de outro grupo. Essa comparação evidencia uma identidade lingüística na fala individual dos membros do grupo, pela qual a liberdade individual acaba policiada e contida pela norma coletiva.

Para Edward Sapir, toda língua tem uma sede, já que as pessoas que a falam pertencem a uma raça, ou seja, a um grupo que se destaca de outros grupos por caracteres físicos. A língua não existe isolada de uma cultura, ou seja, ela foi herdada de práticas e crenças determinadas por um conjunto social.

Para compreendermos o caráter científico do fenômeno lingüístico, precisamos observar, também, o pensamento de Émile Benveniste, que procura estabelecer as relações entre o biológico e o cultural, entre a subjetividade e o social, entre o signo e o objeto, entre o símbolo e o pensamento e, também, trata das questões intralingüísticas.

O autor procurava se desvencilhar das amarras que encontrava em quadros pré-fabricados e nos apoios em disciplinas que já haviam se estabelecido. E. Benveniste (1991:17) observa que a língua é também um fato humano e é, *no homem, o ponto de interação da vida mental e da vida cultural e ao mesmo tempo*

o instrumento dessa interação. A relação língua, cultura e personalidade devem ser também alvo de estudo do lingüista.

O princípio fundamental da teoria de Émile Benveniste (1991:43) *é que a linguagem, como quer que se estude, é sempre um objeto duplo formado de duas partes, cada uma das quais não tem valor a não ser pela outra.* Em função dos estudos saussurianos, a Lingüística se tornou uma ciência importante entre as que se ocupam do homem e da sociedade, uma das mais ativas em pesquisa teórica, assim como nos seus desenvolvimentos técnicos.

Para o autor, o laço que une o significante e o significado não é arbitrário; pelo contrário, é necessário. O que é arbitrário é que um signo, mas não outro, aplica-se a determinado elemento da realidade, mas não a outro. Assim, E. Benveniste afirma (1991:59):

O signo, elemento primordial do sistema lingüístico, encerra um significante e um significado – como Saussure o definiu – cuja ligação deve ser reconhecida como necessária, sendo esses dois componentes consubstanciais, um com o outro. O caráter absoluto do signo lingüístico assim entendido comanda, por sua vez, a necessidade dialética dos valores em constante oposição, e forma o princípio estrutural da língua. Talvez o melhor testemunho da fecundidade de uma doutrina consista em engendrar a contradição que a promove. Restaurando-se a verdadeira natureza do signo no condicionamento interno do sistema, reforça-se, além de Saussure, o rigor do pensamento saussuriano.

É interessante também verificar a explicação de mesma autoria (1991:262) sobre a historicidade da língua:

A enunciação histórica, hoje reservada à língua escrita, caracteriza a narrativa dos acontecimentos passados. Trata-se da apresentação dos fatos sobrevividos num certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa. O plano do discurso é toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro.

O tempo narrado não tem interferência direta do narrador, pois se detém à realidade factual. Já no discurso, o tempo é constantemente atualizado pelo enunciador, considerando a realidade histórica em que está inserido. Assim, o trabalho do historiógrafo da língua se instaura nessa perspectiva: a busca de um saber histórico-lingüístico constituído por homens de um outro tempo, que influenciaram a constituição de uma identidade social.

A língua possui um caráter de grande subjetividade e, dessa maneira, medeia o homem e o objeto do conhecimento. O homem é capaz de propor-se como sujeito no processo de interlocução. A consciência de si mesmo só é possível por contraste, ou seja, no caráter dialógico, a pessoa se constitui.

No discurso, o tempo se divide em três categorias: o tempo físico que é o tempo do mundo, do contínuo; o tempo crônico, o dos acontecimentos marcados por um fato significativo; e o tempo lingüístico que é a função do discurso, o exercício da fala.

Assim, ao tomarmos a língua como produto social, que possibilita a interação dos homens com eles mesmos e com o mundo, verificamos que as marcas lingüísticas no documento estudado estão ligadas às condições sócio-ideológicas pelas quais o homem procura investigar o mundo, a si mesmo e, nesse confronto, compreender a sua própria história.

Em síntese, a Lingüística é uma ciência que tem como objetivo a língua, por meio da qual veiculamos as informações, externamos nossos sentimentos e agimos sobre os outros. A língua representa a soma dos usos da linguagem verbal por locutores e interlocutores, historicamente situados, localizados em um espaço particular, interagindo com um propósito definido.

Depois de colocarmos as principais concepções lingüísticas, sem com isso ter esgotado a questão, necessitamos esboçar a História como "ciência", como uma tarefa epistemológica, política e institucional, extremamente desafiadora. Muitas pessoas preocupadas com as diversas áreas do conhecimento, como a Filosofia, e a História, assim como a área de historiografia, buscam definir a epistemologia da História.

O século XIX tem sido denominado “o século da História”. Nele, define-se a história como um conhecimento científico que aperfeiçoa seus métodos e técnicas, constrói-se independente da literatura e constitui-se como uma disciplina científica no mesmo nível da Sociologia. Por toda parte, avança a organização das instituições complementares do trabalho dos historiadores, como os arquivos, publicação de fontes, bibliotecas, revistas e associações especializadas.

Segundo Edward Halled Carr (2002:45):

A história consiste num corpo de fatos verificados. Os fatos estão disponíveis para os historiadores nos documentos, nas inscrições, e assim por diante, como os peixes na tábua do peixeiro. O historiador deve reuni-los, depois levá-os para casa, cozinhá-los e então servi-los da maneira que o atrair mais.

Seguindo de perto a evolução das disciplinas Economia, Sociologia e Antropologia, verificamos que todas elas surgem no final do século XIX, como uma reação contra o evolucionismo desmedido e, no caso da Economia, contra concepções de valor potencialmente perigosas. Essas três disciplinas entendem a sociedade como um sistema em equilíbrio estático, assim, o objeto legítimo da ciência consiste em determinar as regras desse equilíbrio.

A partir do século XIX ocorreu a consolidação da História como ciência. Em 1823, verificou-se um olhar revolucionário em vários campos do conhecimento: o cientificismo e o filosófico se impuseram. O fazer história passou a centrar-se na tendência explicativa determinista mono-causal, concorrendo, para isso, a luta de classes, as raças e o determinismo.

Nesse contexto de novas estruturas, há um trabalho minucioso, de organização somente dos arquivos e de edição de textos, limitado aos documentos oficiais da Corte. Por isso, a história da cozinha é ignorada, uma vez que não consideram matéria de história a vida cotidiana e os sentimentos (Cf. Caire-Jabinet, 2003: 103).

Segundo Vavy Pacheco Borges (2002) foi na França que esse modo de se fazer história começou a tomar novos rumos, quando um grupo de historiadores

franceses, nos primeiros anos do século XX, dentre eles Marc Bloch e Lucien Febvre, desenvolveu trabalhos que foram publicados na revista *Annaes de História e Social*, tornando-se conhecidos por “escola francesa” ou “escola de *Annales*”.

Há muito que a História está, no Brasil, confinada à prisão das escolas e universidades. Encontra-se, pois, afastada de sua principal finalidade: levar o ser humano a refletir sobre as formas de vida e de organização social em todos os tempos e espaços, procurando compreender e explicar suas causas e implicações. E uma vez que presente e passado estão indissociavelmente ligados na História, o ensino e o estudo da História tornam-se imprescindíveis para o perfeito entendimento dos tempos modernos. (Vavy Pacheco Borges)

Esses autores criticam a escola “historicizante” e lançam os princípios da história comparada, ainda em 1923, com Henri Pirenne, afirmando a vontade de inscrever a história na vasta perspectiva de uma reflexão econômica e social.

A escola francesa dos *Annales* aparece com um aspecto inovador: valorizar a história-problema. O historiador não pode contentar-se em escrever sob o ditado dos documentos, deve questioná-los, inseri-los numa problemática. Longe de serem uma unanimidade, os *Annales* recebem inúmeras críticas, como a ausência de uma teoria global de sociedade, a confusão entre teoria e metodologia, a defesa de uma história geral, o relevo dado à história econômica e a pouca atenção ao estabelecimento de modelos.

Se a História sempre foi feita cristalizada em datas, feitos e heróis, desprezando-se a historicidade do indivíduo, é certo que nunca foi escrita sob a ótica do grupo social dominado, mas pela visão, pelos desejos e interesses da chamada classe dominante. Isso se dá porque qualquer sociedade sempre se estrutura em diversos grupos ou classes, uma das quais detém o poder político, o poder econômico e o prestígio social.

Se pensarmos em História como uma sucessão de fatos no tempo, deixaremos uma História desvinculada daquilo que somos hoje. Julgamos que há possibilidade de se buscar por meio de documentos, conhecimentos que nos

tragam uma carga informativa que ainda não nos foi contada, conforme afirma V. P. Borges (2002:45):

História não é o passado, mas um olhar dirigido ao passado: a partir do que esse objeto ficou representado, o historiador elabora sua própria representação. A história se faz com documentos e fontes, com idéias e imaginação.

As duas primeiras gerações da *Annales* tratam da substituição de uma história-narração por uma história-problema, de acordo com a formulação de hipóteses de trabalho. Assim, a história apropria-se de conceitos e problemáticas, de métodos e técnicas das ciências sociais, além da quantificação sistemática e uso de modelos em favor de estudos históricos, em virtude de ser menos estruturada em relação a tais ciências.

A terceira geração da *Annales*, intitulada “*Nova História*” ou História das Mentalidades, sofre considerável mudança de rumos. Os trabalhos franceses defendem a abordagem quantitativa ou serial e, logo após, há o interesse em favor da micro-história e da antropologia.

A Nova História apresentava uma interpretação antitotalitária e propunha alguns rescaldos teóricos para novos tempos, métodos, novos objetos e novas possibilidades de ensino e de compreensão da história. Vimos derivar dessa vertente, décadas mais tarde, a também chamada história das mentalidades.

Se aceitarmos que a História é história contemporânea, a Nova História pode ser traduzida na história do mundo que se descortina e busca nas fontes uma compreensão do mundo. Há de ser resgatar o caráter de interdisciplinaridade, da globalidade e dos estudos das mentalidades. Tais fontes não são um espelho fiel da realidade, mas são sempre uma representação de parte ou momentos particulares tornando os atores, nelas presentes, sujeitos históricos.

Para a História, mais do que cronológico, o tempo é a dimensão da análise dos acontecimentos e, em que medida, ao tornarem-se fatos, influenciaram a constituição do homem e da sociedade. No transcorrer diário, percebemos uma

sucessão de acontecimentos que se transformarão em fatos, na medida em que for tendo maior incidência nos rumos do cotidiano das pessoas.

Edward Hallet Carr (2002) afirma que sociedade e indivíduo são inseparáveis, pois se complementam. O homem é produto da sociedade, mas age de maneiras distintas enquanto indivíduo e enquanto membro dessa sociedade. Segundo o autor, o historiador é um ser humano individual que faz parte da história, sendo seu ponto de vista, o que determina a visão do passado. Antes de começar a escrever História, o historiador é um produto do passado, portanto, antes de estudar a História, devemos compreender o historiador.

Os fatos, também, são determinados de acordo com a sociedade, pois o homem transforma-os de acordo com sua necessidade. É exatamente nesse ponto que o rebelde ou dissidente na História tem papel importante, pois desencadeiam mudanças, atualizando os fatos.

Para E. H. Carr (2002:90), o diálogo entre presente e passado é, na realidade, um diálogo entre a sociedade de ontem e a sociedade de hoje e, portanto, história significa:

Tanto o exame conduzido pelo historiador quanto os fatos do passado que ele examina, é um processo social em que os indivíduos estão engajados como seres sociais; a antítese imaginária entre a sociedade e o indivíduo nada mais é do que uma pista falsa atravessada no nosso caminho para confundir nosso pensamento.

Segundo V. P. Borges (2002:48), *História é a história do homem, visto como um ser social, vivendo em sociedade. É a história das transformações humanas, desde o seu aparecimento na terra até os dias em que estamos vivendo.* A autora afirma, ainda, evidentemente impulsionada pela teoria de Karl Marx, que são os homens que fazem a história, mas o fazem dentro das condições reais que encontram já estabelecidas, e não dentro das condições de nossa realidade, tendo em vista o delineamento de nossa atuação na história.

A função da História, segundo V. P. Borges (2002), é de fornecer à sociedade uma explicação sobre ela mesma. A História se coloca, hoje em dia, cada vez mais próxima das outras áreas do conhecimento que estudam o homem, procurando explicar a dimensão que o homem teve e tem em sociedade. Apesar da propensão de se considerar a História como uma ciência, a falta de unanimidade deixa a questão em aberto, mesmo tendo a História objetos e métodos próprios.

Assim, entendemos a História como a ciência que estuda as transformações pelas quais passaram as sociedades humanas, sendo essas transformações perceptíveis no e através do tempo e, também, como uma forma de conhecimento, que procura desvendar, revelar e sistematizar as relações materializadas no documento, propiciando sua compreensão de vida humana à sociedade.

Quando a Lingüística se associa à História e a outras ciências torna-se pluridisciplinar e, dessa parceria se constitui a Historiografia Lingüística que, por sua vez, se apropria dos recursos metodológicos dessas diferentes áreas de conhecimentos, para consolidar seu referencial.

A Historiografia Lingüística confirma-se como ciência, porque tem a língua como prática social e, ainda, pode ser uma teoria utilizada por meio de várias perspectivas de abordagem, tendo em vista que pode ser tomada como um reflexo do comportamento do homem no contexto sociocultural. A língua muda porque está a serviço do homem e configura-se como fato social. Se não mudasse, ela morreria. É por isso que a Historiografia Lingüística assume a língua, no dizer de E. Sapir (1969) como um valioso instrumento de uma dada cultura.

Atualmente, existem novas e relevantes pesquisas sobre historiografia, as quais revelam a intenção de atos diante de um simples levantamento de fatos. Nosso trabalho pretende verificar se a caracterização da luta pela abolição não era uma tentativa de mitigar um problema que se avolumava social e historicamente, já que a escravidão, no Brasil, não era de ordem humanitária e sim econômica, uma vez que a libertação, mais do que uma necessidade social, atrelava-se à

modernidade de um país que lutava contra os atrasos em relação aos países mais desenvolvidos.

1.3A Interdisciplinaridade

Segundo Serafim da Silva Neto (1986), a língua muda concomitantemente ao homem e, o homem e a língua, são indissociáveis para analisarmos qualquer questão histórica sob o ponto de vista lingüístico. Assim, traçando uma analogia entre o homem e a língua, podemos chegar às mesmas atribuições sobre Lingüística e História. As duas ciências, inseridas no processo histórico de uma língua, são indissociáveis.

A Historiografia Lingüística entende a língua como prática social de interação e, ao considerar a língua como prática social, coloca-a como um elemento integrante de um processo de interação entre os homens e a sociedade, portanto, a língua está marcada por esse processo e mudará de acordo com o grupo social.

Dentre os pesquisadores consagrados em Historiografia Lingüística, destacamos Pierre Swiggers (1990) e Konrad Koerner (1995). Seus estudos revelam que esta ciência permite que o pesquisador a relacione com a História, a Sociologia, a Filosofia, a Psicologia, a Antropologia, enfim com as demais ciências que têm o homem como objeto de análise, gerando uma multi e interdisciplinaridade.

A Historiografia Lingüística nasceu em decorrência do desenvolvimento da Lingüística Histórica e se constitui, segundo Jarbas Vargas Nascimento (2005:11), *como uma ciência em ascensão no âmbito da Lingüística, integrando o universo das áreas de conhecimento que concebem a língua em sua relação com a história e a realidade social.*

Da necessidade de uma ciência que englobasse a abordagem sócio-histórica para um estudo mais aprofundado das transformações e regularidades da língua surgiu a Historiografia Lingüística, apresentando uma proposta de pesquisa sócio-histórica da língua.

Nosso interesse é compreender a Historiografia Lingüística e, para tanto, identificamos as acepções do termo em sua totalidade, a fim de nortear nossa investigação científica. Nesse sentido, Konrad Koerner (1996:45) diz que há a necessidade de compreendermos a Historiografia Lingüística como *modo de escrever a história do estudo da linguagem baseado em princípios científicos* e não mais como mero registro da história da pesquisa lingüística. Essa nova concepção requer um olhar mais cuidadoso por parte do historiógrafo, que se diferenciará do olhar do historiador a partir do momento em que a Historiografia Lingüística se estabelece como disciplina.

Segundo J. V. Nascimento (2005:14)

Mesmo integrada à vida acadêmica, a noção de interdisciplinaridade carece, ainda, de uma clarificação e conseqüente afirmação no interior da História Intelectual, a fim de que não fique no esquecimento e dificulte ao pesquisador o diálogo e as parcerias possíveis entre as diferentes áreas de conhecimento. Faz-se necessário mostrar que não há nada de errado no comportamento interdisciplinar, muito pelo contrário: as contribuições do lingüista para o historiador e vice versa, têm sido fundamentais, na medida em que, delimitadas as fronteiras de ambas as especificidades, os pesquisadores possam interpretar representações inscritas no documento escrito, decorrentes de atitudes de diálogo e de troca de resultados de pesquisas.

A Historiografia Lingüística não pode ser confundida com outras áreas do conhecimento que assumem a língua como eixo comum e sua vinculação com fatores históricos e socioculturais, por exemplo, a História da Lingüística, a História das Idéias Lingüísticas e a Historiografia da Lingüística. Essas ciências distinguem-se pelo modo específico de análise e devem suscitar não uma igualdade, mas sim, uma possibilidade de interdisciplinaridade com a Historiografia Lingüística.

Essa interlocução, apoiada nos constantes avanços nas ciências humanas, sobretudo na Lingüística, torna-se ainda maior em contato com a História, possibilitando novos conceitos e metodologias de abordagem da língua em

documentos escritos. A partir disso podemos identificar as diferentes formas de ver o objeto língua. Tais colocações fazem-nos perceber a mudança efetiva de um paradigma no interior da Lingüística e a originalidade da Historiografia Lingüística, enquanto impulsionadora de atividade investigativa.

A língua transforma-se em um fazer humano num contexto histórico-social, levando o ser à necessidade de um outro para estabelecer essa língua como meio de comunicação e preservação cultural, o que determina mudanças conscientes do ser, conservando o passado no presente. Essa consciência se torna participante ativa da mudança no que se refere à criação, reorganizando elementos do passado com elementos do presente. Segundo H. Bérson (1979:180):

Quanto mais tomamos consciência de nosso progresso na pura duração, mais sentimos as diversas partes de nosso saber entrarem umas nas outras e nossa personalidade completa concentra-se num ponto, ou melhor, numa ponta, que se insere no futuro, encetando-o sem cessar.

A língua é o elemento essencial para a aquisição da consciência. Portanto, é pela língua que o falante se insere no meio em que vive e, à proporção que toma consciência de sua ação por meio do conhecimento histórico, percebe a sua própria duração. Por meio do passado, o homem muda e cria o novo.

Por meio da linguagem, a História e a Historiografia Lingüística se relacionam. Assim, o pesquisador tem função primordial, uma vez que, com objetividade, faz o relato dos fatos, deixando que eles falem por si mesmos. Isso permite que a história do ser humano apareça. A História serve-se de elementos da semântica para atingir a interpretação dos fatos, já que estão relacionados a dados imensuráveis, mas não se esquece dos dados mensuráveis ao apresentar datação de objetos culturais. Necessita, portanto, desses dados para estabelecer o tempo e o espaço.

O conhecimento é cumulativo e superar visões não implica negar as teorias anteriores, pelo contrário, só chegamos a uma nova teoria em função das teorias do passado que se tornaram obsoletas.

1.4 Historiografia Lingüística: Concepção e Princípios

No começo do século XX, a História das Ciências da Linguagem adquire uma nova concepção, pois os pesquisadores se preocupam em mostrar, em seus estudos, novos caminhos, baseados em contextos históricos e socioculturais. Ao final do século XX, surgem alguns trabalhos teóricos, como os de Konrad Koerner (1989) que propõe alguns caminhos para a definição da teoria da Historiografia Lingüística.

Para Konrad Koerner (1989), a compreensão da Historiografia Lingüística como modo de escrever a história do estudo da linguagem, baseado em princípios científicos, é primordial e faz com que o pesquisador observe com mais cuidado os fatos a serem estudados.

Surgida na Europa, a Historiografia Lingüística é definida como ciência há mais de duas décadas. No Brasil, aparece como disciplina em 1994, no programa de pós-graduação em Lingüística da Universidade de São Paulo, com o objetivo de descrever e explicar um fato lingüístico em um determinado contexto sociocultural de uma determinada época.

A Historiografia Lingüística surge como alternativa de trabalho sobre a história do conhecimento lingüístico, tendo como objetivos práticos a organização e sistematização do material documental e, como objetivos teóricos, os estudos e proposições de mecanismos adequados à descrição dos processos definidores da produção de conhecimento lingüístico no Brasil.

Muitas são as contribuições dos estudiosos brasileiros buscando resgatar os fatos relevantes do passado lingüístico, além de seu processo de produção e recepção. Podemos elencar o Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento, do Grupo de Pesquisa Memória e Cultura na Língua Portuguesa escrita no Brasil (PUC/SP); a Prof.^a Dr.^a Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos, do Grupo de Pesquisa de Historiografia da Língua Portuguesa (PUC/SP); a Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Salles Altman (USP).

Inicia-se, na década de 70, a tentativa de estabelecer a Historiografia Lingüística como disciplina, tentativa essa influenciada por T.S. Kuhn, que coloca

a questão da mudança de paradigma na ciência, denominando de revoluções científicas os episódios extraordinários.

É necessário recuperar o passado lingüístico como parte integral da disciplina, não desprezando a influência de outras ciências como a Psicologia, a Sociologia e a Ciência Política. Esse procedimento interdisciplinar, segundo K. Koerner (1996:47), requer do pesquisador um conhecimento amplo dos campos científicos para

[...] favorecer o restabelecimento dos fatos mais importantes do nosso passado lingüístico 'sine ira et studio' e explicar, tanto quanto possível, as razões da mudança de orientação e de ênfase e a possível descontinuidade que nelas se pode observar, sua prática requer, ainda, capacidade de síntese, isto é, a faculdade de destilar o essencial da massa dos fatos empíricos coligidos a partir de fontes primárias.

Ainda segundo K. Koerner (1986) a Historiografia Lingüística é conceituada como uma maneira de reescritura de fatos da história da língua, por meio de princípios. O autor aponta que a Historiografia Lingüística opera com questões de periodização, de contextualização e com temas relativos à prática lingüística efetiva, com o intuito de identificar diferentes fases de desenvolvimento da língua ou de períodos mais longos. K. Koerner completa mencionando que a Historiografia Lingüística lida com questões que envolvem os fatores externos que influem ou podem causar impacto no pensamento lingüístico.

J. V. Nascimento (2002;3) diz:

É importante afirmar que, pela HL, enquanto impulsionadora de atividade de engajamento investigativa de amplitude pluridisciplinar, podemos conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser sócio-histórico capaz de apreender o que está materializado no documento e, por sua experiência atual, reconhecer melhor os elementos da realidade passada e compreender mais profundamente a si mesmo, a realidade em que vive programar-se para o futuro.

Existem diferenças entre o passado e o presente de uma língua e de uma sociedade que não podem ser confundidas pelo historiógrafo. Desta forma, K. Koerner (1996) propõe, como solução possível do problema para o historiógrafo da língua, a adoção de três princípios que devem ser utilizados sucessivamente no momento da análise: os princípios de contextualização, de imanência e de adequação teórica.

O princípio da contextualização trata do clima intelectual da época e do contexto de produção dos documentos, traçando o clima de opinião, ou seja, procura delinear a atmosfera intelectual do momento em que se insere o documento a ser interpretado. A Historiografia Lingüística observa o fato histórico-lingüístico, os homens presentes, falantes ou não, os aspectos sócio-históricos da época do documento.

O documento não deve ser destituído de seu contexto histórico-cultural, já que as idéias lingüísticas nunca se desenvolvem de maneira independente de outros movimentos intelectuais do período.

J. V. Nascimento (2005:23), afirma que:

Isso significa que o documento a ser analisado não pode ser destituído de seu contexto histórico-cultural, das concepções lingüísticas, sócio-econômicas e políticas em circulação à época de sua produção. À inserção temporal do documento, bem como às condições em que foi elaborado devem ser somados o autor, o tipo, a organização, além do editor, capa, tiragem, prefácio, introdução, sumário. Todos esses elementos entre outros, servem de referência para que o leitor relacione-as a todas as informações e atribua sentidos ao documento.

O princípio da imanência tenta estabelecer uma relação entre o fator histórico e o crítico do documento analisado, procurando um entendimento amplo, observando a visão crítica do documento e considerando seu tempo de produção.

Neusa Maria de Oliveira Barbosa Bastos (2004:11) afirma que esse princípio refere-se ao *esforço do historiógrafo de entender o texto lingüístico*

produzido nos séculos enfocados de forma completa, histórica e criticamente e filologicamente, se possível.

J. V. Nascimento (2005:23), afirma que

Na verdade, para compreender o documento, é preciso apreendê-lo em todos os seus aspectos simultaneamente: refazer sua trajetória, investigar os fatores vigentes nos acontecimentos históricos, dar-lhes atualidade e vida integral novamente. O princípio de imanência produz um efeito restaurador do passado e possibilita a compreensão do documento e, somado ao princípio de contextualização, constitui-se como uma diretriz segura para a operacionalização do processo de interpretação que se consolida pela prática do princípio da adequação teórica.

Em outras palavras, ao investigar determinado documento devemos considerá-lo no seu tempo, e não em referência à doutrina lingüística moderna.

O resultado obtido após seguir esses dois princípios é a localização e compreensão de um pronunciamento lingüístico no seu contexto histórico original.

O princípio da adequação teórica trata da possibilidade que o historiógrafo da língua tem para re-atualizar o documento de forma a aproximá-lo das teorias e idéias atuais, no intuito de que o homem moderno possa entendê-lo com facilidade. Esse princípio torna-se, então uma atividade hermenêutica, realçando os fatos do passado, mediados pelas preocupações do presente, para torná-los, na atualidade, socialmente úteis e necessários ao homem. Sobre esse princípio, J. V. Nascimento (2005:23) afirma que:

Esse princípio requer que o pesquisador, *a priori*, tenha compreensão do passado, presente no documento e, posteriormente, interprete, à luz de tendências modernas, os dados registrados nele. Processa-se por esse princípio uma atividade hermenêutica, cujo objetivo é realçar os fatos do passado, mediados pelas preocupações do presente, para torná-los, na atualidade, socialmente úteis e necessários ao homem.

A observância destes três princípios permite-nos verificar a “atualização” do documento e de que forma se torna compreensível ao homem contemporâneo. Identificamos, na realidade contemporânea, os indícios históricos lingüísticos que nos remetem às experiências historicamente acumuladas. K. Koerner (1996:61) considera que:

Se, e somente se, estes três princípios, isto é, a contextualização teórica e intelectual, a análise do texto no seu próprio quadro de trabalho (o que os historiadores da literatura alemã entendem por ‘interpretação[...]’) e uma descrição clara das ferramentas empregadas na tentativa de fazer o texto mais facilmente acessível ao leitor moderno estiverem sendo adequadamente levados em conta, é que há uma boa chance de que distorções importantes das idéias e intenções dos lingüistas, dos filósofos da linguagem, ou dos gramáticos do passado possam ser evitadas.

A proposta de princípios aponta, segundo K. Koerner, um aparato metodológico para a Historiografia Lingüística. Contudo, essa proposta pressupõe que o historiógrafo da língua esteja atento a todos os aspectos que possam levá-lo a um entendimento amplo do documento.

Ao historiógrafo cabe detectar, analisar e explicar as diversas mudanças ocorridas no período a ser investigado, evitando as ilusões advindas de aclamações de novidade, originalidade e criatividade, geralmente feitas pela geração imediatamente ulterior. Para tanto, N.M.O.B.Bastos (2002:39) afirma que

Deve ser estabelecida uma lista de princípios práticos e teóricos, amplos o suficiente para encontrar aceitação entre os demais historiógrafos, por poderem ser adaptados a períodos diferentes da história das ciências da linguagem e a aspectos particulares sob investigação.

Na amostra selecionada, utilizaremos os princípios propostos por K. Koerner. No que diz respeito à contextualização, o capítulo II servirá para nos subsidiar quanto ao aspecto contextual da época. Ao que se refere ao princípio de imanência e ao princípio de adequação teórica, ou seja, ao levantamento de

informações, à compreensão total do documento e à re-atualização do mesmo, o capítulo III nos subsidiará.

1.5 A noção de documento

Para Paul Veyne (1995:37), *o documento pode ser definido como todo acontecimento que deixou, até nós, uma marca material*. Observando esse conceito, percebemos que a amostra escolhida constitui-se em documento pela materialidade lingüística para a compreensão do momento histórico-cultural durante o qual foi produzido.

J. V. Nascimento (2005:25) argumenta que o documento caracteriza-se por ser:

Uma composição que resulta das relações múltiplas em circulação fora e dentre dele, as quais, historicamente, se bifurcam, condensam-se e se sustentam por uma atitude de assimilação consciente ou não do autor.

O documento constitui-se, por conseguinte, como um conjunto de influências compartilhadas com o autor e o contexto, o que dificulta tarefa do historiógrafo da língua, quando tenta identificá-las. O autor de um texto, no momento da produção do documento, de forma consciente ou inconsciente, coloca suas idéias a partir de uma vivência pessoal.

Segundo Jean Glénisson (1983) o documento é denominado como fonte, testemunho ou traço e, que qualquer arquivo público ou particular, assim como tudo aquilo que foi impresso ou manuscrito, como leis, biografias, obras literárias, jornais e revistas, constituem-se documentos.

Também são válidos, para a cientificidade da história, fontes não escritas como monumentos, pinturas e fotografia que podem auxiliar o historiógrafo da língua e o historiador em sua investigação. Mas, para o historiógrafo da língua o documento escrito é fonte primária necessária para a investigação e obtenção de resultados.

A afirmação de que o documento não é algo restrito ao passado, e que é produto e produtor da sociedade que o fez, leva o pesquisador a interpretá-lo pela operacionalização dos princípios de contextualização, de imanência e de adequação teórica, preocupando-se com as condições socioculturais e lingüísticas presentes nesse documento.

Ao selecionarmos um documento e reconhecê-lo como fonte de investigação, pretendemos verificar a materialização das relações humanas e as diversas manifestações culturais do homem em dimensão histórica.

1.6 A Metalinguagem

A metalinguagem, às vezes, é deixada de lado por alguns lingüistas por acreditarem que ela está mais ligada aos filósofos, já que esse termo surgiu da discussão entre filósofos e matemáticos. Mas, para que historiógrafo da língua não cometa equívocos na análise, ela é fundamental e visa ao esclarecimento de idéias passadas à luz da atualidade.

Esse termo foi utilizado pela primeira vez por Stanislaw Lesniewski e desenvolvido por seu aluno Alfred Tarski que, apoiado em um método matemático, concluiu que se deve sempre distinguir claramente a linguagem sobre a qual falamos da linguagem na qual falamos. Portanto, o historiógrafo lingüístico estabelece uma metalinguagem para decidir sobre a validade ou adequação de uma determinada teoria.

A Metalinguagem, segundo Konrad Koerner (1996), nasceu das reflexões de filólogos e matemáticos e significa, para a Historiografia Lingüística, *a linguagem empregada para descrever idéias passadas sobre a linguagem e a Lingüística*. Trata-se de um meio que o historiógrafo da língua utiliza para tratar do assunto linguagem, ou seja, a linguagem é empregada para reportar à linguagem-objeto: a língua.

Nesse sentido, a metalinguagem é uma linguagem científica, já que consiste num recurso utilizado pelo pesquisador para identificar e descrever fatos lingüísticos realizados pelo homem em outras épocas de sua história e, também,

compreender e interpretar tais fatos no momento em que a eles se refere. Isso significa dizer que os fatos são atualizados, levando-se em consideração o contexto para a descrição dos termos lingüísticos, além de sua interpretação de acordo com os limites do uso de tais termos.

Levando-se em consideração que a Historiografia Lingüística é uma ciência, seu objetivo é, por um lado, descrever conceitos difundidos em períodos passados, utilizando os mesmos termos em voga na época; por outro, tornar acessíveis ao leitor do presente as teorias de épocas passadas, utilizando termos atuais, sem provocar distorções das intenções e dos significados originais. Em outras palavras, se as teorias lingüísticas do passado forem distorcidas, o estatuto de ciência da Historiografia Lingüística estará ameaçado.

Tratando dessa questão, Konrad Koerner (1995;34) afirma:

Quando se trata de determinado assunto na Historiografia Lingüística, o pesquisador não pode fugir à questão da metalinguagem, especialmente quando, ao discutir teorias de períodos passados, estiver ao mesmo tempo tentando torná-las acessíveis ao leitor do presente e tentando não distorcer sua intenção e significados originais. A menos que o único objetivo do historiógrafo seja colecionar antiguidades, isto é, descrever conceitos desenvolvidos muitos anos atrás unicamente nos próprios termos utilizados, ele será tentado a usar um vocabulário técnico moderno na sua análise. Este procedimento, entretanto, tem levado a inúmeras distorções na HL e qualquer historiógrafo perspicaz deve perceber as armadilhas e voltar-se para a questão da metalinguagem, isto é, a linguagem empregada para descrever idéias passadas sobre a linguagem e a Lingüística.

Desta forma, a metalinguagem torna-se um recurso científico para o historiógrafo da língua, na medida em que evita análises equivocadas. O documento precisa ser compreendido para depois ser explicado e sua interpretação se dá, primeiramente, pela operacionalização da metalinguagem.

Marly de Souza Almeida (2003:92), em sua tese de doutoramento, diz que metalinguagem é:

a maneira pela qual o historiógrafo aborda o assunto da linguagem com o qual nos reportamos à linguagem objeto, a que se pode chamar “o objeto da investigação em lingüística”, a própria língua, um aspecto particular da língua, daí por diante.

Para a autora, a metalinguagem é um recurso que está ao alcance de várias áreas de conhecimento, haja vista que tudo pode ser transformado em linguagem. Contudo, no que concerne à Historiografia Lingüística, a metalinguagem é postulada como um diferenciador da linguagem, para que não se confundam os dois níveis operacionais: enquanto objeto de investigação e enquanto técnica de observação.

M. de S. Almeida nomeou e sistematizou os aspectos que dizem respeito à questão da metalinguagem. Desta forma, temos um recurso científico de análise em Historiografia Lingüística que torna possível e inteligível a leitura de documentos passados, a partir das implicações contextuais da época a ser estudada: a metalinguagem científica que, segundo a autora (2003:92) é *exercida pelo analista, que identifica e descreve realizações distantes no passado, mas compreende e interpreta tais realizações em um panorama atual de representação.*

Como fonte de investigação, a autora refere-se, ainda, a partir de sistematização produzida em seu trabalho, à metalinguagem de usos, à metalinguagem de apropriação, à metalinguagem literária e à metalinguagem de crítica ou de formas. Entretanto, em nossa pesquisa aplicaremos somente, como recurso científico, a metalinguagem científica já elucidada acima.

O recurso da metalinguagem é, portanto, de grande relevância para o trabalho do historiógrafo da língua, já que este, por ser um pesquisador de um tempo e, o documento que examina, de outro, lança mão de tal recurso com o objetivo de evitar equívocos no processo de análise científica dos fatos

lingüísticos. Além disso, revelam-se expressivas as contribuições apontadas por Marly de Souza Almeida, pois o desdobramento do recurso da metalinguagem em diferentes categorias é bastante útil para o trabalho do historiógrafo da língua, pois direciona suas atitudes ao analisar um documento.

1.7 O Argumento de influência

A Historiografia Lingüística possui alguns temas que ainda não foram adequadamente conceituados, como o argumento de influência, que necessita de uma melhor explicitação, já que o contexto sociocultural, materializado no texto, é marcado por interferências implícitas e explícitas.

Todo documento, ao ser produzido, sofre influências de experiências sociais e individuais, sendo possível uma interpretação multidisciplinar. Assim, em sua produção, o documento pode revelar o clima intelectual em que o produtor se formou e viveu, estabelecendo um diálogo entre o passado e o presente.

Konrad Koerner (1989) traz exemplos sobre o argumento de influência em Historiografia Lingüística e diz que a maioria dos escritores não define o termo influência, mas simplesmente o colocam como se todos estivessem de acordo sobre o entendimento dessa questão. Por isso nossa intenção é identificar, por meio dos textos produzidos por Cruz e Sousa, outro exemplo de influência em análises historiográficas.

É difícil encontrar uma conceituação precisa sobre o termo “influência”. K. Koerner (1995) ressalta que a má conceituação se deve à utilização indiscriminada deste conceito. É claro que ao trabalho interpretativo, é necessário ter precisão no que está sendo dito, observando tanto os elementos externos quanto os internos, propiciando o entendimento de que há um compartilhamento de saberes no seio social.

J. V. Nascimento (2005:24) trata dessa questão, relacionando as influências com o documento a ser analisado:

O documento caracteriza-se como um lugar onde estão representadas diferentes visões de mundo que se fundem. Por isso, as influências, que se fazem ali presentes e que, na maioria das vezes são difíceis de identificação, provocam correlações e diálogo com as situações e posições assumidas pelo produtor e sempre devem ser consideradas no processo de interpretação.

Parafraseando J. V. Nascimento podemos dizer que, em *Historiografia Lingüística* o argumento de influência traz, enquanto categoria de análise, o contexto sociocultural, marcado por interferências implícitas e explícitas apreendidas pelo escritor por uma atitude de transformação e assimilação de idéias em circulação no momento da elaboração do documento.

É importante associar o clima geral de uma época específica ao ato de escrever do produtor do texto. Em nosso trabalho, o movimento social pela abolição influenciou Cruz e Sousa a apresentar suas idéias e opiniões em relação ao fato noticiado. O movimento, assim, torna-se um exemplo do que K. Koerner propôs. Toda a mídia, na época, estava influenciada pela vontade da nação em abolir a escravidão. Seria impossível dissociar uma particularidade da outra, principalmente se considerarmos o que afirma J. V. Nascimento (2005:24):

as influências se organizam a partir de implicações adivinhas da centralização de idéias e teorias vinculadas anteriormente e no momento da produção do texto e que, de alguma maneira, se reconstroem no interior do documento, sendo compartilhado com o conhecimento de mundo do produtor do texto.

Ao se analisarem os textos escritos durante o século XIX, é possível constatar que os lingüistas foram influenciados pelos estudos de Darwin sobre a evolução das espécies, pois defendem as línguas passam pelo mesmo processo dos seres vivos. Para a filosofia de Hegel, a língua é como um depósito do

pensamento e ele propõe uma hierarquização das línguas segundo a sua aptidão para exprimirem, por meio de categorias gramaticais, as operações lógicas.

Konrad Koerner (1995) cita como exemplo possível de influência a obra de Ferdinand de Saussure, que, ao definir a língua como um fato social, nos remete à obra de E. Durkheim. Embora não seja citado pelo autor, é plausível que haja eco das concepções de E. Durkheim e de outros estudiosos em F. de Saussure, pois as idéias do sociólogo impregnaram o clima de opinião da época.

K. Koerner destaca, ainda, na busca de uma melhor conceituação da “influência”, primeiramente, que a verificação da formação intelectual de um autor é significativa no processo de investigação de possíveis influências em suas idéias e teorias, pois permite estabelecer relações entre o que ele assimilou de sua formação e do clima intelectual manifestado.

Segundo J. V. Nascimento (2005:25),

A influência não apenas interfere na língua, mas também no conteúdo do documento, visto que essa interferência nos possibilita caracterizar a influência enquanto uma ação histórica vinculada ao conjunto dos fatos que permeiam a vida cotidiana e que constituem a memória.

Na interpretação de um documento, é necessário buscar os dados internos e externos do mesmo para analisá-los com mais precisão. Lembramos que isso deve ser feito sem que haja uma hierarquia ou subordinação entre eles, pois há uma interdependência e uma correlação, que pode ser extremamente útil ao historiógrafo na referência às influências contextuais.

Tendo em vista que as reflexões sobre o papel das influências no documento ainda não mereceram um estudo mais aprofundado no âmbito da Historiografia Lingüística, nossa intenção foi propiciar mais um exemplo, com o objetivo de deixar abrir perspectivas para um próximo trabalho que vise a tratar dessa com mais objetividade.

Ao apresentarmos conceitos teóricos da Historiografia Lingüística, pretendemos garantir o que K. Koerner (1995) aponta como escopo dessa ciência: a Historiografia Lingüística deve estar voltada para a teoria e não para os dados. Os dados deverão ser entendidos a partir do estabelecimento das bases da Historiografia Lingüística que se apóia num conhecimento quase enciclopédico do pesquisador. A partir disso, queremos levantar o clima de opinião da época em que os textos produzidos por Cruz e Sousa foram constituídos. Para isso, há necessidade de utilizarmos o princípio da contextualização como via de composição para o capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

CONTEXTUALIZAÇÃO: O FINAL DO SÉCULO XIX

**O' Estrellas tranquilas, esquecidas
No seio das Esphéras,
Velhos biliões de lagrimas, de vidas,
Refulgentes Chiméras.**

**Astros que recordais infancias de ouro,
Castidades serenas,
Irradiações de magico thesouro,
Aromas de assucenas.**

Esquecimento – Cruz e Sousa

2.0 Considerações iniciais

No final do século XIX, o conjunto das manifestações emancipacionistas e dos decretos criou, no Brasil, uma situação real de independência que precisava ser oficializada. Os anos seguintes foram dedicados à consolidação da independência, à organização do novo Estado e à busca do reconhecimento internacional.

Neste capítulo, trataremos do princípio da contextualização, ou seja, estabeleceremos o clima de opinião da época em que os documentos de nossa amostra foram produzidos. Esses documentos não devem ser destituídos de seu contexto histórico-cultural, das idéias em circulação, da situação econômica e política do momento em que foram produzidos para serem estudados.

2.1 O Brasil no final do século XIX.

Para o perfeito entendimento do que ocorreu no final do século XIX, precisamos considerar algumas questões importantes do período imediatamente após a independência, ou seja, as idéias que se buscavam consolidar no período. Para tanto, apresentamos um panorama dessas idéias.

Adauto Novaes (1994) afirmou que as duas maiores invenções da humanidade foram o passado e o futuro. Sem passado e futuro não há história, portanto:

(...) narrar a história de um povo a partir apenas do tempo presente, tempo fragmentado, direcionado, é negar a articulação de épocas e situações diferentes, o simultâneo, o tempo da história e o pensamento do tempo. Ora, é reconhecer que práticas políticas e culturais, consideradas estranhas e indesejáveis em determinado momento, sejam vistas de maneira diferente no futuro, é abolir a possibilidade do novo a casa instante. Mas ainda as idéias de justiça, liberdade, alteridade, pensamento se tornam abstrações, vazias no espaço e no tempo, a partir do momento em que qualquer ação já se sabe eternamente feita e absolutamente irreparável. (Novaes, 1994:09)

A Constituição do Estado brasileiro independente e as parcelas mais influentes da aristocracia agrária saíram vitoriosas no confronto político com os adeptos do liberalismo e dos ideais democráticos, no final do século. O Estado brasileiro foi construído sobre os alicerces do conservadorismo e do escravismo. O escravismo, uma ideologia marcante na mentalidade brasileira até então, era aceito como normal pela sociedade, não se tratando apenas de uma imposição da elite proprietária de terras.

A língua portuguesa foi determinada por Portugal como língua oficial do Brasil desde o século XVIII por Marquês de Pombal. O modo, porém, de falar o português no Brasil era muito diferente do da metrópole, o que fez com que esse

falar se tornasse deferente de Portugal foram as influências socioculturais indígenas e africanas e a geografia brasileira.

A presença das forças populares nas ruas, em 1831, exigindo a saída de D. Pedro I, levou muitas pessoas, até mesmo alguns membros das classes dominantes, a sonhar com a possibilidade de ver instalado no Brasil um governo comprometido com reformas liberais e democráticas que atendessem, pelo menos parcialmente, às reivindicações do povo.

A imprensa foi uma forte aliada às reivindicações populares e, em Santa Catarina, surgiu, em 28 de julho de 1831, três meses depois de Dom Pedro I abdicar, o jornal “O Catharinense”, primeiro jornal naquela região. No primeiro número, o fundador do jornal, o capitão de engenheiros Jerônimo Francisco Coelho, atacava violentamente: “Se não fora ela (a imprensa), talvez hoje estivéssemos escravos desse Pedro estúpido, avarento e doido, que, há poucos dias, espavorido, abandonou as praias do solo americano”. O jornal divulgou idéias liberais, antilusitanas e defensoras da liberdade de imprensa.

O sonho, porém, não se realizou, já que a elite agrária manteve a monarquia, a escravidão e a exclusão política das camadas populares. Essa realidade transformou a consolidação do Estado brasileiro em um processo marcado por disputas pelo poder entre as próprias elites agrárias e urbanas e por rebeliões sociais reivindicatórias, que envolveram as camadas populares do campo e das cidades no Brasil.

Ainda em 1831 foi aprovada uma lei extinguindo o tráfico de escravos, porém nunca posta em prática, já que nenhum de seus artigos foi cumprido. Conforme afirma Sérgio Buarque de Holanda (1997:143):

Proclamada a Independência, o governo brasileiro, necessitando o reconhecimento do governo britânico endossou os acordos anteriormente firmados entre a Inglaterra e Portugal e se comprometeu a proibir definitivamente o tráfico no prazo de três anos. Em virtude desses acordos a Regência decretou, em 1831, uma lei declarando livres todos os escravos vindos de fora do

Império e impondo severas penas aos traficantes de escravos.

A lei, porém, revelou-se ineficaz. Os fazendeiros e os mercadores de escravos tinham todo interesse no prosseguimento do tráfico. O governo, no qual as forças agrárias e os negreiros tinham sólida representação, não desejava contrariá-los. A repressão ao contrabando era difícil, ia além das possibilidades da marinha brasileira a fiscalização do litoral em toda sua vasta extensão. As autoridades do Império nada podiam contra as oligarquias que detinham o poder político e administrativo nas localidades.

O Brasil começa a enfrentar pressões contra o tráfico de africanos, já que a Inglaterra passou a atacar em alto mar os navios que carregam escravos. Chegase a propor o fim da escravidão, porém de forma cautelosa, uma vez que a economia dependia dela. Em 1850, o governo imperial brasileiro promulgou a Lei Eusébio de Queirós, pela qual determinava o fim do tráfico negreiro no Brasil.

Do ponto de vista das relações entre o Brasil e a Inglaterra, essa lei se encaixava no contexto das exigências inglesas aos governantes de sociedades escravistas, como a brasileira, para que extinguissem o tráfico e abolissem a escravidão. A abolição interessava aos ingleses, pois o negro livre se tornaria assalariado e, assim segundo os ideais liberais econômicos, um possível comprador de produtos ingleses industrializados.

As exigências inglesas de extinção do sistema escravista no continente americano, que datavam do início do século XIX, fizeram com que, a partir da Lei Eusébio de Queirós, o tráfico passa-se a ser punido como ato de pirataria, e os escravos apreendidos eram mandados de volta para a África. Mas, apesar das perseguições e punições aos traficantes, muitos continuaram, clandestinamente, trazendo africanos escravizados para o Brasil.

Sérgio Buarque de Hollanda (1997: 144-145) escreve o seguinte sobre o fato:

No Brasil a opinião pública começava a dividir-se: fazendeiros abarrotados de escravos ou endividados com a compra deles, passavam a encarar com maior complacência a perspectiva da interdição do tráfico. Viram talvez nesse ato a valorização de sua propriedade. Os mais interessados em prosseguir eram os traficantes e os lavradores das zonas novas que ainda não contavam com braços suficientes para cultivar suas terras. A questão passou para o domínio do jogo político partidário [...] medidas severas foram tomadas contra os contrabandistas pela lei de 04 de setembro de 1850. Traficantes estrangeiros foram expulsos do país e as autoridades reforçaram a fiscalização. O contrabando, porém, prosseguiu, em pequena escala, por mais alguns anos, mas acabou por cessar definitivamente. Os últimos desembarques de que se tem notícia data de 1856.

A indústria brasileira que alcançara a sua liberdade em 1808 com D. João, e que fracassara nas suas primeiras tentativas de crescimento devido, principalmente, às imposições inglesas e a falta de uma política protecionista, ganhou grande impulso na segunda metade do século XIX. O crescimento industrial brasileiro ocorrido na segunda metade do século XIX está relacionado também à extinção do tráfico negreiro em 1850, na medida em que parte do capital que era empregado nessa atividade ficou disponível e foi aplicado no setor industrial.

Embora o processo de industrialização brasileiro tenha se iniciado de maneira significativa, a principal atividade econômica continuava a ser o café, que era bem aceito no mercado internacional. Como necessitavam de escravos e a lei tinha posto fim ao tráfico, os fazendeiros acabaram criando um tráfico interno, uma vez que ofereciam grandes somas para adquirir escravos em algumas cidades do nordeste. A elite política do país, ao mesmo tempo que reprimia as revoltas,

tentava convencer os latifundiários das províncias a concordar com maior centralização política e com o regime monárquico. Essas classes dominantes regionais ainda não conseguiam ver a coroa como uma garantia da ordem.

A maioria e a coroação antecipada do jovem imperador D. Pedro II ajudou no convencimento. Os revoltosos pertencentes às classes dominantes perceberam que podiam chegar ao poder tendo o imperador como juiz do jogo político e que a monarquia era capaz de manter a ordem na cidade e no campo.

Mal acabava de se completar o processo de consolidação da soberania do Estado Brasileiro, o governo imperial atirou o país na Guerra do Paraguai (1864-1870). O conflito aumentou a crise financeira e a dívida externa no Brasil, devido aos novos empréstimos solicitados à Inglaterra pelas autoridades brasileiras bem como contribuiu para significativas mudanças políticas e sociais, conforme assevera Octávio Ianni (1988: 43-44):

A guerra do Paraguai, nos anos 1864-70, pôs em evidência a relativa fraqueza da formação social escravista, como sistema político-econômico. As dificuldades para vencer os paraguaios e a necessidade de lançar mão de escravos brasileiros para lutar na guerra, tornaram mais visíveis as limitações do escravismo, como forma de organizar a produção e o poder. Tanto que praticamente todos os historiadores reconhecem que a Monarquia e a Escravatura entram em declínio irreversível com essa guerra.

Após a Guerra do Paraguai e por todos os anos 70 e 80 do século XIX, o governo imperial brasileiro viveu a dura realidade de não ter se atualizado em relação às transformações pelas quais passam o país e o mundo.

Segundo Caio Prado Júnior (1998:178):

(...) O Imperador, sem modificar fundamentalmente a situação no poder, mas remodelando-a com a inclusão no governo de uma fração mais tolerante dos conservadores, revive os antigos projetos discutidos no Conselho de Estado seis anos antes, e amenizando-os muito, faz votar

nas Câmaras a chamada lei do ventre Livre (28 de setembro de 1871), em que se declaram livres os filhos de escravos nascidos daquela data em diante, e se dão algumas providências para estimular a alforria dos escravos existentes.

Ainda segundo o próprio autor:

A lei de 28 de setembro nada produzira de concreto, e servira apenas para atenuar a intensidade da pressão emancipacionista. Ela estabeleceu para os filhos de escravos, até a sua maioridade, um regime de tutela exercida pelo proprietário dos pais. Ele teria obrigação de sustentá-los, mas podia utilizar-se de seus serviços. De modo que continuaram escravos de fato, o mesmo que os pais.

As instituições políticas do Império não se modernizaram e a frágil monarquia mostrava-se desatenta às novas aspirações da sociedade. A população brasileira crescera de 3 milhões de habitantes, à época da independência, para 14 milhões, na década de 1880. O escravismo estava em crise havia décadas e grande parte da aristocracia cafeeira do Oeste Paulista passara a adotar a mão-de-obra assalariada na lavoura.

Além disso, os novos meios de comunicação e de transporte promoveram a diversificação da economia, com aplicação de capitais em indústrias, bancos, ferrovias etc. A agricultura, embora continuasse predominante, deixou de ser o único setor de atração para os investidores.

Nesse período há registros de rebeliões em vários pontos do Brasil. Emília Viotti da Costa (1998:363) afirma:

Certa ocasião, em Campinas, diante das constantes ameaças de revolta dos escravos, fazendeiros e comerciantes enviaram uma petição ao governo pleiteando um efetivo de cem praças para policiamento da região. Referiam nesse documento ao antagonismo “congenito”

entre as duas raças – uma que sempre dominara, outra que relutava em obedecer – e concluíam que o município sempre teria a esperar dos escravos toda sorte de males que a sua própria condição lhes inspirava.

Nesse quadro de mudanças na sociedade e de crescente instabilidade do governo imperial, entrou em cena um novo grupo de intelectuais, políticos, artistas e militares cujas idéias de modernizar as instituições políticas contrastavam com as velhas e conservadoras idéias da elite política e econômica.

Esse grupo inovador sofria influências diretas de intelectuais europeus como, por exemplo, Auguste Comte, o criador do positivismo, uma corrente filosófica que pregava a idéia de ordem e progresso. Segundo Comte, o progresso origina-se da ordem e aprimora a religião, a família, a propriedade, a linguagem, que são as esferas permanentes de qualquer sociedade.

O governo enfrentava, também, as contestações das camadas médias urbanas: professores, artesãos, funcionários públicos, bancários, estudantes, comerciantes, padres, intelectuais, que se empenhavam ativamente nas campanhas abolicionistas e republicanas. Além disso, passaram a apoiar com vigor os movimentos em prol da reforma no ensino, da separação entre a Igreja e o Estado, das reformas eleitorais, exigindo eleições livres e diretas e o fim do voto censitário.

O movimento abolicionista foi se desenvolvendo e crescendo mais nas cidades mais desenvolvidas do país, embora, também, se estenda ao campo quando, segundo Emília Viotti da Costa (1998:494):

(...) é por um processo de expansão do movimento originalmente urbano que passa a atuar sobre as massas escravas com o intuito de desorganizar o trabalho e acelerar a reforma desejada. É só então que ele revela conexões com os meios rurais. De maneira geral, os elementos rurais eram refratários à campanha.

Outro autor, Jacob Gorender (1992:157), afirma que:

À altura de 1880, o movimento abolicionista se recuperou dos efeitos neutralizadores da Lei Rio Branco. Ressurgiu com ímpeto e logo estabeleceu um divisor de águas entre emancipacionistas, adeptos do gradualismo, e os propriamente ditos abolicionistas, propugnadores da abolição imediata, incondicional, sem indenização.

As lutas pela abolição definitiva da escravidão no Brasil faziam surtir efeito em todo país forçando o governo a decretar várias leis como em 1871 a Lei do Ventre Livre, em 1885 a Lei dos Sexagenários e finalmente em 1888 a Lei Áurea. Emília Viotti da Costa (1998:511) assevera:

(...) mais do desejo de libertar a nação dos malefícios da escravatura, dos entraves que esta representava para a economia em desenvolvimento, do que propriamente do desejo de libertar a raça escravizada em benefício dela própria, para integrá-la à sociedade dos homens livres. Alcançado o ato emancipador, abandonou-se a população de ex-escravos à própria sorte.

A abolição da escravatura foi tratada pela imprensa de todo o país e, em especial, em Florianópolis como “assunto de branco”. Era apenas uma dádiva a ser concedida para uma “raça de infelizes”. A crítica à escravidão foi tratada nos periódicos, de forma bastante racista. A defesa da abolição foi feita no bojo de um projeto de “branqueamento da sociedade” onde a imigração aparecia como parte de uma utopia de modernização, em que o “branqueamento” era considerado essencial.

A defesa da abolição fazia parte de um projeto civilizatório maior, conforme deixa claro o jornal Regeneração em 1880:

Sendo a escravidão não só um crime que nos pouca e degrada perante a civilização, como ainda uma das

maiores atrocidades que há três séculos se pratica impiedosamente contra uma raça de infelizes, que só tem vivido sob a humilhação dos homens que fizeram e fazem dela a sua fonte de lucros, conseqüentemente, é justo e puro humanitarismo que se empenhe renhida luta para libertá-la das garras dos que, perseguindo-a e estigmatizando-a lançam o opróbio à sua própria pátria.

Durante a campanha abolicionista foram criados vários clubes e periódicos, como a Sociedade Abolicionista (1883) e o Clube Abolicionista do Desterro (1884) e os jornais a Tribuna Popular (1885), O Vigilante (1887), O Moléque (1885), entre outros.

Com o advento do movimento abolicionista, um longo e gradual processo de concessão de direitos teve início. Foi concedido aos escravos o direito de reclamar em juízo contra os eventuais exageros disciplinares de seus donos. Entretanto, este expediente não era muito comum, em virtude do pouco acesso dos escravos a quem poderia representá-los naquelas ações. A Historiografia Brasileira registra casos de escravos que foram aos tribunais reclamar de seus donos e, considerando a gravidade dos fatos, alguns senhores chegaram a ser condenados. Além de processos criminais, podemos encontrar processos de Reconhecimento de Paternidade e Justificação de Liberdade, que objetivavam reconhecer, em juízo, o direito dos negros.

Em meio à turbulência social, ainda que não significasse uma consciência política da população escravizada, o governo imperial tentava administrar a força que emergia das senzalas com uma legislação que atendesse aos reclamos incessantes dos cativos e da sociedade. Por motivos óbvios, estes eram mais no sentido de garantir o direito à propriedade e à ordem pública. Conforme assinala O. Ianni (1988:53):

Nessas condições, características da situação de casta vivida pelo escravo, este não dispunha de elementos para organizar uma crítica política da sua alienação e possibilidades de luta. O escravo podia fugir, esconder-se,

suicidar-se, matar ou roubar o senhor e membros dessa casta; inclusive podia rebelar-se em grupo. Mas esses atos não eram o produto de uma crítica política da alienação escrava.

Em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel, regente do Império Brasileiro, assinou a lei no. 3353, aprovada pelo Parlamento, Lei Áurea. No texto da lei, observamos que ela se restringe ao art. 1^a, que declara extinta, sem maiores detalhes, a escravidão no Brasil. As demais partes do texto revelam-se como ordens da Regente para o cumprimento da lei que assinara.

2.2 A Sociedade e sua constituição

A imposição européia na América, pelo processo de colonização, teve como consequência a escravidão de povos indígenas e africanos, provocando uma mistura de raças que resultaram nos atuais povos americanos, entre os quais estamos nós, brasileiros. Dessa forma, a chamada cultura brasileira foi se formando lentamente pela troca de elementos culturais entre os invasores dominantes, os povos indígenas que aqui viviam e os africanos.

A sociedade brasileira foi composta de forma heterogênea, com mobilidade e miscigenação tão ou mais intensa que outras sociedades contemporâneas, como a da América Inglesa e as da América Hispânica. Sob a égide de um Estado que impunha determinado modelo social e religioso às comunidades que viviam nos seus limites legais, mesclaram-se ou apartaram-se portugueses transplantados, indígenas e africanos de diferentes culturas, cada qual trazendo consigo suas instituições e seus quadros mentais. O resultado foi uma sociedade diferente, com traços das sociedades originais e elementos novos, num mosaico, cuja diversidade era acentuada pelas dimensões continentais do país.

A presença do negro no Brasil confunde-se com a história da escravidão e com a estrutura comercial montada para efetivar o tráfico intercontinental. Sabe-se que várias tribos e reinos africanos praticavam a escravidão dos vencidos na guerra, mas a presença do homem branco transformou essa prática num

empreendimento econômico que promoveu vasta desorganização nas sociedades africanas, cujas comunidades foram assaltadas com frequência crescente entre os séculos XVI e XIX, à medida que se expandia a colonização americana.

O escravismo foi uma relação social que se apresentou em movimentos distintos ora desconsiderando, ora considerando a natureza produtiva, a relação de produção. O. Ianni (1988:123-124) assevera que:

Para compreender a escravatura como uma formação social, é indispensável tomar em conta as suas relações e determinações externas e internas. Nesse confronto é que se evidencia que as formas de trabalho compulsório não podem ser tomadas como capitalistas; mas sim como sistemas político-econômicos singulares, com alguma especificidade essencial.(...)

A escravatura não é apenas um sistema de organização dos fatores produtivos, ou da racionalidade da empresa açucareira, algodoeira ou outra. Ao contrário, para os autores que partem de uma perspectiva dialética, a sociedade escravista é uma configuração histórico-estrutural, que se forma e desenvolve no interior do mercantilismo, primeiramente, e no interior do capitalismo, em seguida. E são os desenvolvimentos do capitalismo mundial, mas ou menos entre meados do século XVIII e meados do século XIX, que estabelecem as condições do declínio e o colapso final do escravismo. Assim, a formação social escravista deve ser vista como uma estrutura peculiar de apropriação econômica e dominação política; como um sistema de poder sem o qual não se pode compreender a especificidade da sua produção econômica, das técnicas de violência, dos padrões de organização e controle do trabalho escravo.

Em 1840, com o segundo reinado, deu-se o apogeu da monarquia com a continuidade da centralização política e administrativa e pacificou-se o Brasil, com

a repressão às revoltas herdadas e a novos movimentos que colocavam em risco a ordem monárquica.

Depois da superação de disputas e divergências, conservadores, burocratas, grandes comerciantes, fazendeiros ligados à lavoura de exportação, liberais, profissionais, liberais urbanos e agricultores encarregados do abastecimento do mercado interno integram o governo elitista que consolidou a ordem imperial oligárquica brasileira.

No Brasil, o escravismo foi praticado por quatro séculos, representando um dos fatores de constituição de nossa identidade nacional. Pelo escravismo, o negro foi importado como elemento inferior, que devia servir. Entretanto, o negro, desafiando a lógica dominante, marcou de forma substancial a constituição da sociedade brasileira, haja vista o que Darcy Ribeiro (1996:197) diz:

O objetivo (da classe dominante) jamais foi criar um povo autônomo, mas cujo resultado principal foi fazer surgir como entidade étnica e configuração cultural um povo novo, destribalizando índios, desafricanizando negros, deseuropeizando brancos.

Ao desgarrá-los de suas matrizes de suas matrizes, para cruzá-los racialmente e transfigurá-los culturalmente, o que se estava fazendo era gerar a nós brasileiros tal qual fomos e somos em essência.

Apesar da aparente continuidade entre o período colonial e o império, emergiram novas forças sociais, em especial as nascidas do surto industrial e do processo de urbanização, na segunda metade do século XIX. O cacau e a borracha, de alto valor comercial no mercado externo, ganharam destaque na produção agrícola brasileira e a mão-de-obra escrava foi sendo gradualmente substituída pela assalariada, constituída basicamente por imigrantes.

Ao mesmo tempo em que se mantinha o caráter elitista da dominação política, a economia tornava-se mais racional e produtiva, avançando no sentido do desenvolvimento capitalista, modificando também os mecanismos de exclusão social. Tais transformações promoveram a definitiva transferência do eixo

econômico do nordeste para o sudeste, como atestam o crescimento populacional no novo pólo econômico e as mudanças na estrutura étnico-social da população.

Caio Prado Jr. (1998;167) afirma que:

(...) é a decadência das lavouras tradicionais do Brasil – da cana-de-açúcar, do algodão, do tabaco – e o desenvolvimento paralelo e considerável da produção de um gênero até então de pequena importância: o café, que acabará por figurar quase isolado na balança econômica brasileira. O renascimento agrícola iniciado em fins do século XVIII e grandemente impulsionado depois da abertura dos portos e da emancipação política do país, favorece sobretudo de início as regiões agrícolas mais antigas do Norte; as províncias marítimas que se estendem do Maranhão até a Bahia. Elas voltam então a ocupar posição dominante desfrutada no passado e que tinham parcialmente perdido em favor das minas. Mas este novo surto do norte brasileiro não durará muito: já na primeira metade do século XIX o centro-sul irá progressivamente tomando a dianteira das atividades econômicas do país. E na segunda chega-se a uma inversão completa de posições: o Norte estacionário senão decadente; o sul em primeiro lugar e em pleno florescimento.

No início do século XIX há, no Brasil, uma renovação intelectual motivada pelos movimentos ideológicos como o positivismo, o cientificismo e o darwinismo. Os representantes desse novo pensamento eram os filhos de comerciantes e burocratas pertencentes à burguesia que se iniciava. Esses representantes tornavam mais nítida a oposição entre a economia agrária latifundiária e o comércio a caminho da indústria.

E. Viotti da Costa (1998:72) observa que:

Em pleno século XIX, o Brasil se afirmava como país independente e incorporava à sua Constituição as fórmulas liberais européias, ao mesmo tempo em que conservava o

regime servil ligado que estava ao passado colonial. Juridicamente, o país era independente, novas possibilidades se abriam para a economia, mas a cultura do café se organizava ainda nos moldes coloniais, e com ela se prolongava o sistema escravista.

A economia brasileira assentava-se, desta forma, na exploração da mão de obra escrava. A sua base econômica estava centrada na produção cafeeira, e a melhor forma de garantir a sua efetividade era manter os negros como escravos. O Ianni (1988) considera que as formações sociais decorrentes dessa relação fundamentavam-se nas unidades produtivas, uma vez que a produção e a reprodução do *status* senhor/escravo justificavam todos os mecanismos de controle, repressão e tortura.

2.3 A língua portuguesa no final do século XIX

O processo de colonização brasileiro se alicerçou em três pilares: o português europeu, o índio e o negro. O mais marcante, porém, foi a influência portuguesa, já que era a classe dominante, por ser o colonizador oficial.

Em 1808, com a chegada da família real ao Brasil, houve um aumento da população portuguesa, principalmente no Rio de Janeiro, já que quase 15 mil portugueses vieram com a família real segundo Paul Teyssier (2001).

Esse fato acelerou a expansão da cultura portuguesa no país e, conseqüentemente, o uso da Língua Portuguesa. No Rio de Janeiro foi inaugurada a Biblioteca Nacional com um acervo trazido da Real Biblioteca da Ajuda de Portugal, que podia ser consultado pelo público em geral.

Em 1814 foi criada a imprensa, tornando-se um instrumento importante na implantação definitiva da língua. Surge, nessa época, um movimento que defende a tese que os professores utilizassem a gramática da língua nacional nas aulas de leitura e escrita.

A língua literária do século XIX, também, é uma das marcas reveladoras da identidade brasileira. Após a independência, o Brasil sentiu necessidade de se

impor perante as nações livres. Não sem resistência da ex-metrópole, os escritores nacionais revelaram, em suas obras, como era grande o desejo de transformar em realidade a liberdade alcançada.

Gladstone Chaves de Melo (1981: 91) afirma que:

No segundo quartel do século passado, por efeito da independência política, o povo brasileiro toma consciência de sua existência como um todo nacional, já acentuadamente diverso do português. Nasce daí um anseio por literatura própria, anseio que se realiza integralmente quando surge, na língua literária, um estilo brasileiro, ou seja, uma expressão lingüística reflexo da sensibilidade, do modo de ser e de viver brasileiro, por um lado, e eco, espelho, ressonância da paisagem, da terra e das vicissitudes históricas, das condições sociais dos acidentes da nossa formação religiosa, humanística, política, econômica, por outra.

Nas obras escritas no século XIX, principalmente, é possível verificar o trabalho com a língua para mostrar a grandiosidade de um povo e de como sua cultura era distinta da antiga Metrópole. Isso pode ser observado nas obras de Gonçalves Dias, José de Alencar, Aluísio de Azevedo e Machado de Assis, entre outros.

Os escritores, dessa época, utilizavam-se de um código que fazia a fusão da língua herdada do meio social com a adquirida no meio acadêmico, porque já constatavam que o português praticado na escola se diferenciava daquele praticado pela maioria da população. Serafim da Silva Neto (1976: 53) afirma que a Língua Portuguesa *era a língua de prestígio, de cultura, da situação de domínio, era a língua da escola, disciplinada em gramáticas; era a língua da administração e dos cargos públicos e documento.*

A busca de uma diferenciação no português falado no Brasil do falado em Portugal levou a vários debates entre autores portugueses e brasileiros como, por exemplo, o texto *Polêmica* de Carlos de Laet, defendendo o português falado no

Brasil e Camilo Castelo Branco que defendia o português de Portugal. Outro exemplo foi o *Post Scriptum* à Iracema, escrito por José de Alencar (1870).

Para se manter a unidade lingüística nacional, durante o século XIX, houve uma preocupação em se divulgar os conhecimentos gramaticais da língua. Nesse sentido, foram publicados vários trabalhos, voltados para a área editorial, que traziam citações de obras clássicas lusitanas. O ano de 1881 é um marco importante, pois é a data da publicação da gramática de Júlio Ribeiro. Segundo Silvio Elia (2003: 147) a *Gramática Portuguesa de Julio Ribeiro quis romper com a tradição gramatical de origem humanística (greco-latina) e procurou arrimar-se nos princípios científicos que jorravam da Velha Europa*.

Depois de Júlio Ribeiro, outras gramáticas foram publicadas e continuaram a dar importância à descrição da língua, sem observar o que escrevia e o que falava a população nacional. O que se queria era a boa linguagem como garantia da unidade nacional e como necessidade de que os alunos a estudassem e com o uso da boa linguagem garantiriam identidade lingüística.

Durante divulgação do Romantismo, a literatura atinge maturidade, busca uma expressão lingüística brasileira e apresenta a inovação de retratar o nativo sob vários ângulos, criando as bases para os trabalhos que foram escritos nas correntes estéticas subseqüentes, como o Realismo, o Naturalismo, o Parnasianismo e o Simbolismo.

Nas obras românticas, eram comuns os diálogos que aproximavam o leitor de seus textos ficcionais, com personagens que se assemelhavam às pessoas reais.

Segundo Silveira Bueno (1967: 271) foram tantas as palavras que vieram do romantismo brasileiro ao português em uso no Brasil, que algumas delas aparecem em textos portugueses. Ainda segundo o autor *os elementos vocabulares são tão numerosos e correntes no Brasil*, que os escritores brasileiros poderiam escrever muitas páginas sem que os portugueses conseguissem entendê-las.

O autor (1967: 271) afirma ainda que os românticos introduziram um modo a mais de formar palavras na morfologia e explica que na época romântica

brasileira, os autores reuniam dois substantivos, um deles funcionava em oposição ao outro, como adjetivo, tais como: vestido-laranja, vida-martírio, biblioteca-rosa, móveis-malva, verde-mar.

Quanto à sintaxe, o autor (1967: 272) afirma que a frase se torna direta, evitando, desse modo, orações de grande extensão. Além disso, o verbo deixa de ir para o final da frase e os hipérbatos tendiam ao desaparecimento. Nesse processo, o uso da terceira pessoa ocupa o lugar de uso da segunda e, também, há preferência pelo uso da próclise, que era uma característica do Romantismo.

Em relação à ortografia, temos na história da língua portuguesa três períodos: o *fonético*, até o século XVI; o *pseudo-etimológico*, desde o século XVI até 1904; o *moderno* desde 1911 até hoje. No século XIX, o movimento da ortografia brasileira foi influenciado pelo nacionalismo proveniente da independência do Brasil e outras conquistas políticas e sociais.

2.4 Situação do negro no final do século XIX

A servidão humana sempre foi objeto de reflexão: seres humanos objetos de negócios eram, à época, relacionados lado a lado com o gado e com os resultados da produção, em listagens de bens de proprietários de terra e em relatos em que predominavam os “olhares brancos”. Enquanto escravo, o negro teria sido passivo frente à denominação dos senhores, só o deixando de sê-lo quando lutando de maneira clara contra a instituição escravista: morrendo ou se organizando em quilombos e mocambos.

No Brasil, a escravidão foi praticada por quase quatro séculos, representando um dos fatores de constituição de nossa identidade nacional. O negro foi trazido como elemento inferior, que devia servir e, portanto, todos os atos de violência e a não concessão de direitos eram compreensíveis para a sociedade daquela época. Segundo J. Gorender (1992:47), *o escravo o é por toda a vida e sua condição social se transmite aos filhos.*

E. V. da Costa (1998:72) observa que:

Em pleno século XIX, o Brasil se afirmava como país independente e incorporava a sua constituição as fórmulas liberais européias, ao mesmo tempo em que conservava o regime servil, ligado que estava ao passado colonial. Juridicamente, o país era independente, novas possibilidades se abriam para a economia, mas a cultura do café se organizava ainda nos moldes coloniais, e com ela se prolongava e sistema escravista.

A escravidão aqui se justifica por considerar-se a etnia negra como inferior, já que na África não havia uma organização social nos moldes da européia, não havia uma língua nacional e sim línguas tribais que, em geral, eram ágrafas e uma economia centrada na agricultura. A maioria da população africana era viril e de muita força física, o que atraía a atenção de alguns mercadores.

A base econômica no Brasil estava centrada na produção agrícola e a melhor forma de garantir a sua efetividade era manter os negros como escravos. Assim, para garantir essa escravidão, foram criados meios legais de garantia de propriedade e de possibilidade de castigo aos senhores de escravos. O escravo estava física e moralmente ligado e subordinado ao seu senhor em todos os aspectos de sua vida.

Legalmente, o senhor não tinha o direito de vida ou de morte sobre seus escravos, mas poderia aplicar-lhes castigos moderados como medidas punitivas, porém, os castigos não eram especificados e, nesse contexto, era difícil a interpretação do “moderado”. Existiam os senhores que mantinham a escravaria sob ferros e praticavam açoites e palmatórias aos negros mais rebeldes.

Além dos açoites e da palmatória, a figura do tronco é uma outra realidade importante. O objetivo, segundo E. V. da Costa (1998:343), era *imobilizar o escravo. Obrigava a posições mais ou menos forçadas, torturava-o pelo cansaço, pela impossibilidade de se defender dos insetos que o atacavam, pelo desgaste físico e moral.* O que se pretendia com essas ações era a domesticação do negro que era considerado um instrumento, uma propriedade de seu senhor. Essa

coisificação do negro marcou de forma significativa a sociedade brasileira e, até os dias de hoje, os negros ainda lutam para ver a sua dignidade humana reconhecida.

Com o surgimento do movimento abolicionista, teve início a concessão de direitos ao negro, que podia reclamar de maus-tratos de seus donos em juízo, o reconhecimento de paternidade e justificação de liberdade, porém era difícil encontrar quem o representasse nessas ações.

Assim, a escravidão foi declinando, declinando, até que um dia ficou tão insignificante, que pôde ser até abolida. O sistema sofreu um acentuado declínio antes da abolição e, em 1888, se para alguns brasileiros a escravidão ainda era o mais grave dos problemas, para a economia do país, como um todo, tinha pouca importância, já que a abolição do tráfico negreiro, a transição do trabalho escravo para o trabalho semi-servil e a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado seriam os responsáveis por esse declínio.

A transição do trabalho escravo para o assalariado, iniciada ainda no tempo de D. João VI desenvolveu-se muito lentamente até meados do século XIX; tomou velocidade com a abolição do tráfico e o crescimento da cafeicultura. Havia basicamente três maneiras possíveis de se expandir o trabalho assalariado: transformar os escravos em assalariados; aproveitar mão-de-obra livre, mas não assalariada, que trabalhava nas vastas áreas agrícolas voltadas para a subsistência e promover a vinda de imigrantes europeus.

Pensar em transformar o escravo em assalariado seria a solução mais fácil. Não se perderia tempo nem dinheiro indo buscar trabalhadores em regiões distantes. Dava-se liberdade aos escravos, pagava-se um salário que os motivariam a produzir mais e melhor. Porém, não foi isso que a elite da época pensou. Ao reconhecer a superioridade do trabalhador remunerado, fazia um raciocínio muito mais racista do que técnico. Em outras palavras, julgava que o assalariado produzia mais do que o escravo, não pela maior produtividade de um sistema de trabalho em relação ao outro, mas, sim, pela raça do trabalhador. O branco tido como um ser superior seria esforçado, honesto e inteligente e o negro, considerado inferior, era visto como vagabundo, ladrão e burro.

É claro que, com essa linha de raciocínio, um fazendeiro considerava uma idiotice um desperdício pagar salário a um negro. O aspecto mais perverso dessa situação é que os escravos negros, quando recebiam a liberdade, muito raramente apresentavam uma eficiência comparável à dos trabalhadores brancos. O que, à primeira vista, parecia confirmar a mentalidade preconceituosa das camadas dominantes.

O que não se podia perceber na época é que a escravidão destruiu a produtividade e o espírito de iniciativa do negro no Brasil, tornando-o incapaz, em curto prazo, de competir num mercado de trabalho assalariado, em moldes capitalistas. Por todos esses motivos, não se cogitou transformar os escravos em assalariados, restando a vinda de trabalhadores estrangeiros que, sob o ponto de vista da elite, tinham a grande vantagem de serem brancos.

Se na zona cafeeira a elevada lucratividade e a disponibilidade de grandes capitais tornaram possível a adoção do trabalho assalariado, o mesmo não aconteceu nas regiões mais pobres. As áreas voltadas para uma economia de subsistência ou as regiões exportadoras decadentes não tinham condições de promover a imigração e a adoção de trabalho assalariado.

A maioria dos fazendeiros percebeu que não valia a pena resistir. Se, para eles, a escravidão não mais trazia grandes vantagens econômicas, continuar a defendê-la seria uma bobagem, que só lhes causaria desgaste político. E assim se efetivou a abolição. A esmagadora maioria dos escravos ou permaneceu no campo, num sistema miserável de subsistência, ou migrou para as cidades, fundando aquilo que tanto assusta a classe média hoje em dia: as favelas. Otávio Ianni (1988:59) assim se manifesta sobre a abolição:

Em nenhum país abolição da escravatura foi uma ruptura estrutural na qual os próprios escravos tiveram os papéis relevantes. Em sua significação histórico-estrutural, a abolição foi sempre um negócio de brancos, o resultado dos antagonismos entre os interesses da casta dos senhores brancos e os interesses da burguesia branca emergente.

É muito natural que assim fosse. Afinal de contas, o principal objetivo da Lei Áurea era livrar a elite do problema representado pelos escravos, ou seja, promovida principalmente por brancos, ou por negros cooptados pela elite branca, a abolição libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros à sua própria sorte. A promulgação da Lei Áurea nasce, segundo E. V. da Costa (1998:511):

...mais do desejo de libertar a nação dos malefícios da escravatura, dos entraves que esta representava para a economia em desenvolvimento, do que propriamente ao desejo de libertar a raça escravizada em benefício dela própria, para integrá-la à sociedade dos homens livres. Alcançando o ato emancipador, abandonou-se a população de ex-escravos à própria sorte.

Até hoje o grande problema é o preconceito, a discriminação e o racismo e como fazer para superá-los. Fundamentalmente se tomarmos consciência das marcas impressas pelo racismo talvez possamos eliminá-lo. Evidente que esta é uma tarefa árdua e cabe a nós levá-la a cabo. Nesse sentido, a promulgação da nova Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, tenta avançar um pouco na tentativa de acabar com o racismo, fazendo constar no Título II - Dos direitos e garantias fundamentais -, Capítulo I - Dos direitos e deveres individuais e coletivos -, Artigo 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Artigo XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

2.5 Florianópolis e a imprensa no século XIX

A história de Santa Catarina começa em 1502 com a descoberta da Ilha de São Francisco, por Américo Vespúcio. No século seguinte inicia o povoamento da região. Em 1726 funda-se a atual Florianópolis.

Segundo Oswaldo Rodrigues Cabral (1979), Florianópolis era vista como uma comunidade rural-urbana com atividades políticas, administrativas e militares. A elite da sociedade de Florianópolis residia no centro da cidade, enquanto os mais pobres e aqueles que descendiam ou eram africanos residiam em bairros periféricos.

Ainda, segundo o mesmo autor, coincidentemente, Florianópolis era a cidade que contava com maior número de africanos e descendentes deles na província de Santa Catarina. Segundo o censo de 1872, dos 26.311 habitantes da capital catarinense 6.919 eram de origem africana e correspondiam a cerca de 26% de toda a população que habitava a cidade; cerca de 3.431 eram escravos.

Ao que se refere à produção de trabalhos sobre a escravidão em Santa Catarina, o mais conhecido é "*Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*" de Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni publicado em 1960 pela Companhia Nacional.

Segundo os autores, durante os 50 anos que antecederam a independência do Brasil, a mão-de-obra escrava foi pouco aproveitada em Florianópolis, já que a região não tinha um grande desenvolvimento econômico. Assim, os primeiros escravos chegaram a Florianópolis a partir da metade do século XVIII junto com oficiais portugueses que foram transferidos para a região.

Estudos realizados nos anos 80 permitem-nos perceber que a economia de Florianópolis estava integrada desde o final do século XVIII, ao mercado de abastecimento interno via cabotagem e a uma política de abastecimento da corte do Rio de Janeiro. Florianópolis manteve-se praticamente isolada até os anos 1850, quando foi inserida subsidiariamente no mercado de abastecimento interno, conforme F. H. Cardoso (2004).

O autor expõe que desde o fim do século XIX, o comércio de abastecimento urbano desenvolveu-se em Florianópolis, tornando-se fonte de enriquecimento para os que a ele se dedicaram. O comércio desenvolveu-se continuamente, acompanhando o crescimento da população. A ele, na segunda metade do século XIX, acrescentou-se o comércio de mercadorias e de exportação.

Em 1831, é inaugurado o primeiro jornal de Florianópolis, *O Catharinense*, cujo proprietário e fundador foi Jerônimo Coelho. O jornal surgiu depois de 13 anos da inauguração dos primeiros jornais brasileiros (*Correio Braziliense* e *Gazeta do Rio de Janeiro*). No primeiro número, o fundador do jornal, o capitão de engenheiros Jerônimo Francisco Coelho, ataca violentamente o império dizendo que *se não fora ela (a imprensa), talvez ainda hoje estivéssemos escravos desse Pedro estúpido, avaro e doído*. O jornal divulgou idéias liberais, anti-lusitanas e defensoras da liberdade de imprensa, segundo Moacir Pereira (1992)

A imprensa, conforme Celestino Sachet (1970), apresentava-se à sociedade catarinense como um veículo capaz de consolidar o sistema de liberdade, dar alguns esclarecimentos acerca dos negócios do Brasil, investigar a maneira de se fazerem alguns melhoramentos na província, indagar sobre os abusos existentes e a maneira de remediá-los, censurar os autores e os procedimentos ilegais, noticiar quanto houver ocorrido na província e na Corte, publicar alguns atos do poder legislativo, relatar o que houver de mais interessante nos diferentes periódicos, e, finalmente, expender tudo quanto julgar digno de publicidade.

Segundo C. Sachet (1970) quase todos os jornais de Florianópolis no século XIX, se identificavam como imparciais. As tendências, entretanto, podiam ser facilmente reveladas pelos ataques ou elogios aos políticos locais. Além disso, alguns jornalistas, às vezes, dirigiam dois tipos de jornais, um que se denominava imparcial e outro com vinculação explícita a partido político.

Ainda segundo o mesmo autor, alguns grupos literários se reuniam em torno de atividades jornalísticas, como é o caso do grupo chamado “Guerrilha Literária dos 80”, que floresceu de 1880 a 1890, liderado por Virgílio Várzea e Gama Rosa e com a participação de João da Cruz e Sousa. Esses grupos

criticavam e advertiam explicitamente o comportamento dos cidadãos da sociedade local, geralmente assinando com um pseudônimo que mantinha o anonimato e a ironia. Tratavam, também, da abolição da escravatura como “assunto de branco”, sendo defendida como um projeto de “branqueamento da sociedade”, na qual a imigração aparecia como parte de uma utopia de modernização, em que o branqueamento era considerado essencial.

Na campanha abolicionista foram criados vários clubes e periódicos, entre eles “O Moleque” um periódico humorístico crítico e, muitas vezes, agressivo. Em 1885, Cruz e Sousa assume o cargo de redator-chefe desse jornal porque estava ligado às idéias renovadoras abolicionistas e republicanas, à liberdade política e religiosa, a conceitos artísticos avançados, à filosofia naturalista e evolucionista. Nesse jornal, ao lado de seu amigo Virgílio Várzea, ridicularizou a sociedade, principalmente os políticos, com galhofas e caricaturas. Nesse período, Cruz e Sousa ainda não era reconhecidamente um poeta valorizado e ainda não integrava o grupo dos simbolistas brasileiros, apenas se dedicava a escrever sobre aflições sociais, como o preconceito, tendo uma atuação discreta.

Nossa mostra foi constituída de recortes retirados do jornal *O Moléque* e produzidos por Cruz e Sousa durante sua passagem como redator-chefe, em que há referências ao homem negro e a abolição.

CAPÍTULO 3

A LÍNGUA, A HISTÓRIA E O NEGRO EM DOCUMENTOS EDITADOS E ESCRITOS POR CRUZ E SOUSA

**O' cândidos phantasmas da Esperança,
Meigos espectros do meu vão Destino,
Volvei a mim nas leves ondas do Hymmo
Sacramental da Bemaventurança.**

**Nas veredas da vida a alma não cançã
De vos buscar pelo Vergel divino
Do céu sempre estrellado e diamantino
Onde toda a alma no Perdão descança.**

Sem Esperança – Cruz e Sousa. Pharóes 1900

3.0 Considerações iniciais

No capítulo anterior consideramos alguns aspectos relativos à História, objetivando identificar as condições histórico-culturais nas quais ocorreu a produção dos textos *Piparotes*, ou seja, utilizamos o princípio da contextualização de Konrad Koerner, já que esse princípio leva em conta o fato histórico-lingüístico, os homens presentes, os aspectos sócio-históricos da época, entre outros fatores.

Neste capítulo, pretendemos contemplar o princípio da imanência observando os textos *Piparotes* em seu tempo de produção e o princípio da adequação teórica aproximando o vocabulário da terminologia atual. Escolhemos alguns recortes desses textos que serão o viés de nossa análise. Analisaremos a organização lingüística desses documentos, a fim de desvelar determinadas marcas do português em uso no Brasil, nos anos finais do século XIX.

3.1 A vida e a obra de Cruz e Sousa

Nossa intenção é verificar, neste trabalho, de que maneira a condição de homem negro e de simpatizante da abolição da escravatura, no Brasil, influencia a produção de textos da fase jornalística de Cruz e Sousa. Para tanto, consideramos necessário conhecer, em primeiro lugar, a vida desse escritor utilizando com fonte teórica o livro *Literatura comentada. Seleção de Textos, notas, estudos biográficos, histórico e crítico e exercícios* de João da Cruz e Sousa de 1982.

João da Cruz e Sousa nasceu em Florianópolis, no dia 24 de novembro de 1861, filho de Guilherme da Cruz, mestre pedreiro e Carolina Eva da Conceição, escravos pertencentes ao Coronel Guilherme Xavier de Sousa e sua esposa Clarinda Fagundes Xavier.

Como os proprietários dos pais de Cruz e Sousa não tinham filhos, dedicaram atenção especial a ele. A senhora Clarinda lhe ensinou as primeiras lições em casa, matriculando-o, depois, na escola primária. Cruz e Sousa, aos oito anos de idade, já escrevia e lia seus primeiros versos para o Coronel Guilherme.

Logo depois, Dona Clarinda matriculou Cruz e Sousa no Ateneu Provençal, um colégio para meninos, em Florianópolis, onde se destacou nas aulas de francês, latim, inglês e grego.

Terminando o curso de Humanidades, Cruz e Sousa começou a lecionar à noite na casa dos pais e foi indicado para professor do Ateneu. Logo começou a sentir o peso da cor da pele na reação da sociedade local, que não aceitava um negro como professor, e abandonou o magistério para empregar-se como caixeiro numa casa comercial de Florianópolis, emprego que durou pouco.

Ainda quando estudava no Ateneu, conheceu Virgílio Várzea, Oscar Rosas, Juvêncio Araújo de Figueiredo e Santos Lostada e com eles fundou um grupo que movimentou o jornalismo e o meio literário da Província na época. A partir de 1879 esse grupo passa a assinar a coluna Prosa e Verso em alguns jornais de Florianópolis. As poesias de Cruz e Sousa se destacam, publicadas no jornal O

Artista, depois no jornal *A Regeneração* órgão do Partido Liberal e no *Jornal do Comércio*, ligado ao Partido Conservador.

Em 1881, o grupo lança o jornal *Colombo*, em que Cruz e Sousa é o redator principal. O jovem poeta se destacou recitando seus versos e o de outros poetas, inclusive Dante e Petrarca no teatro, nas festas populares e nas serenatas. A inteligência do filho de ex-escravos provocava inveja. Contudo era difícil superar o preconceito.

Em 1883 esteve em Florianópolis a Cia Teatral da atriz Julieta Santos, quando um de seus colaboradores se desliga da companhia e Cruz e Sousa é convidado a substituí-lo. Em 15 de fevereiro de 1883 parte com a Cia Teatral. No teatro atua como “ponto” e como declamador. Assim, viajou do Rio Grande do Sul para São Paulo. No palco aproveita para pregar o Abolicionismo.

Em 1885, na Bahia, é convidado a proferir uma conferência no auditório do *Jornal da Tarde*, em favor da Abolição, obtendo grande repercussão que o leva a fazer sua conferência em Pernambuco, Ceará, Pará e Maranhão.

Em abril de 1885, Cruz e Sousa volta para Santa Catarina, Florianópolis, e assume o cargo de redator do semanário recém fundado *O Moléque*, um jornal irreverente e contestador.

Em julho, em parceria com Virgílio Várzea, estréia com o livro “*Tropos e Fantasias*”, obra que contém seis trabalhos de cada um de seus autores, alguns de cunho abolicionista.

Apesar de redator-chefe de *O Moléque*, Cruz e Sousa continuou sofrendo as pressões do preconceito. Quando a imprensa de Florianópolis era convidada para festas e solenidades, ele nunca recebia convite. No final de 1885 o jornal é fechado e ele vai procurar um emprego no Rio Grande do Sul, porém sem sucesso e em 1887 volta a Florianópolis.

Em 1888, no Rio de Janeiro, recebe o amparo de Oscar Rosas e conhece José do Patrocínio, Luiz Delfino e Gama Rosa, porém não conseguiu colocação em nenhum jornal. Após oito meses de dificuldades, volta Florianópolis dedicando-se quase que exclusivamente aos livros.

Nessa época adere ao Simbolismo, escola literária que começa a ser reconhecida no Brasil. Em 1891, mais uma vez desembarca na Capital, agora República. Fica alguns meses no jornal de José do Patrocínio.

Em março de 1893, Cruz e Sousa publicou seu livro *Missal*, um volume de prosa, e em agosto, *Broqueis*, recebendo elogios de vários jornais.

Ainda em 1893, a 9 de novembro, casa-se com Gavita Rosa Gonçalves, jovem negra criada da casa do Juiz Abolicionista Antonio Monteiro de Azevedo. O casamento transtornou sua vida e o levou a trabalhar como operário da Estrada de Ferro Central do Brasil. No emprego é humilhado por seus superiores e nos jornais e revistas, não encontrou mais espaço para as suas produções.

O poeta, em 1897, fica tuberculoso e sem recursos para o tratamento, vai definhando. Os amigos passam listas para angariar recursos para o tratamento. Em 18 de março de 1898 morreu numa cidade de Minas Gerais. Seu corpo é transladado para o Rio de Janeiro, onde foi sepultado no dia 20.

Cruz e Sousa sofreu influências do meio ambiente. Durante sua vida foi escravo dos preconceitos sociais buscava o quilombo quimérico de uma paz espiritual, através dos caminhos de sua arte, incompreendida e criticada pelos analistas da época. O preconceito pode ser observado quando Cruz e Sousa foi promotor de Laguna, foi repudiado porque era negro. Seus amigos sempre destacaram a preocupação que ele tinha pela aparência pessoal: bons trajes, variados finos e bem feitos. Mas nem com isto dissimulou a sua cor e a sua raça e a convivência social sempre foi difícil.

Sempre usou de seu talento e arte para tentar enfrentar as indiferenças sociais para galgar o reconhecimento e sucesso. Talvez essa condição de rejeitado, de inconformado com a situação o tenha levado ao simbolismo.

Hoje perdura somente a sua arte incomparável, triste e bela, que se expandiu, ganhou o mundo, conquistou celebridade, empolgou discípulos e pairou com a dos maiores autores simbolistas.

3.2 A amostra

O produtor de nossa amostra, Cruz e Sousa, foi criado dentro de um ambiente harmônico, sem conflitos ou tensões, fruto de um discurso onde se propagava a “democracia racial”, buscou ascender socialmente e ambicionou ocupar posição de prestígio no meio literário no Brasil do final do século XIX.

Em 26 de abril de 1885, de volta a Florianópolis, reencontra seus amigos Virgílio Várzea, Oscar Rosas e Araújo Figueiredo. Tal fato foi registrado pelo recém criado semanário *O Moléque: Acha-se entre nós, depois de uma longa excursão por todo o Brasil, o valente e rutilante poeta realista Cruz e Sousa*. Estabelecido na residência de seus pais na Praia de Fora, seu nome logo figurou em outros jornais da cidade, com poesias cada vez mais apreciadas, além de outros textos. Recitava e falava com eloquência em reuniões de circunstância.

Em maio, os amigos de Cruz e Sousa conseguem que ele se torne o redator-chefe de *O Moléque*. Fazendo desse jornal uma réplica melhorada do anterior *Colombo*, de maneira que, além dos assuntos sociais, se ocupasse também dos literários. A diferença era que o anterior fizera prurido romancista, ao passo que agora o barulho é do naturalismo e simbolismo.

O Moléque, publicado durante um ano (1884 a 85), era um periódico de formato pequeno, ilustrado litograficamente, como podemos verificar nos recortes 1 e 2. Com humor, sátiras e caricaturas, criticava os costumes e a política. Cruz e Sousa escrevia, nessa época, com os pseudônimos de Zé K. e Trac.

O jornal pertencia a um jovem ex-comerciário, que o pusera em circulação semanal desde 22 de dezembro do ano anterior (de 1884). Contudo, “O Moleque” não contava com as graças e simpatia da alta sociedade de Florianópolis. Era ignorado e seus colaboradores não recebiam convites para as festas mais importantes. No dia 14 de julho de 1885, data em que a colônia francesa comemorava com um elegante banquete o aniversário da queda da Bastilha no Grande Hotel, *O Moléque* não foi convidado para o evento e Cruz e Sousa saiu

em defesa do jornal publicando uma nota de repúdio:

O Moléque não é o esfolla cara das ruas, na phrase de Valentim Magalhães, nem o abocanhadôr peralta e atrevido que salta a noite os muros altos para lançar a prostituição no seio das familias, não é o garôto das praças publicas, o gamin das latrinas sociaes, o tartufo encasacado e enluvado que arrasta a sua imbecilidade cornea pelos clubs, pelos theatros, pelas reuniões, p2elos passeios. É um jornal moço, moço quer dizer nervoso moço quer dizer sangüíneo, cheio de pulso forte, vibrante, evolucionista, adiantado. (recorte 5 – O Moléque – nº 31 de 19/7/1885)

Cruz e Sousa engajou-se ao objetivo de dar ao jornal credibilidade junto a sociedade de Florianópolis, informando com clareza os fatos ocorridos, mesmo que esses fossem fatos que demonstrassem certo preconceito e discriminação.

A obstinação pelas causas abolicionista e o fato de ser negro, rendeu a Cruz e Sousa uma discriminação social como, por exemplo, quando o Club 12 de agosto, local de reuniões da alta sociedade de Florianópolis, promoveu um jantar em comemoração ao aniversário de inauguração do clube e convidou os representantes da imprensa local, menos *O Moléque*. Cruz e Sousa, então, redigiu e publicou texto que refletia a sua indignação diante de tal atitude:

Uma vez que O Moléque não é um trapo sujo do monturo, um caracter enluvado com syhilis moral por dentro, um pasquim ordinario e safado, um bebado de todas as esquinas ou um leproso de todas as lamas, havia obrigação, obrigação, ouça o Club 12, de ser O Moléque considerado como gente, uma vez que foi considerado a outra imprensa que não está em nada, em cousa nenhuma superior a este órgão.

Não é com brutalidade que se adquire sympathia.

Se não se destribuiu convite para o Moléque porque o seu redactor chéfe é um creoulo, é preciso saber-

se que não o saiba e o diga bem alto, por sua honra, por seu orgulho, porque não se vexa de hobrear com ninguém deste mundo que saiba o que é cavalheirismo, educação e probidade. (recorte 7 – O Moleque – nº 35 de 16/8/1885)

Assim selecionamos os *Piparotes*, pequenos textos parecidos com os editoriais atuais, para podermos verificar como eram as referências do jornal *O Moléque* e de seu editor, Cruz e Sousa, a alguns fatos sociais do momento.

Em certa medida atualmente o país se assemelha muito ao Brasil do final do século XIX. É verdade que não somos mais um país agrário, mas continuamos tendo os mesmos problemas em decorrência da estrutura fundiária que privilegiava o latifúndio. Atualmente a questão do preconceito contra o negro está minimizadas algumas camadas sociais, porém ainda resiste, o que faz com que a igualdade esteja um pouco longe.

A análise da obra poética do autor não será realizada nesta pesquisa, pois optamos por utilizar textos mais originais, como os produzidos para o jornal, e que acreditamos dêem a dimensão do problema que levantamos e da grandiosidade do autor. Não obstante, observado os levantamentos desta pesquisa, acreditamos que muitas outras pesquisas ainda poderão ser feitas e escritas sobre Cruz e Sousa, tanto de sua prosa quanto de sua poesia, entretanto deixaremos para outros pesquisadores tal tarefa.

3.3 A ortográfica presente no documento

Observando a estrutura interna dos textos *Piparotes*, verificamos que eles permitem que se observe a língua portuguesa em uso no Brasil na segunda metade do século XIX. Há palavras com grafias diferentes das atuais, uma vez que houve oscilações entre o período fonético e pseudo-etimológico da língua portuguesa a partir de meados do século XIX.

Há palavras grafadas com consoantes dobradas, hoje grafadas com somente uma consoante:

- . *n'elles* (neles), *ciudadellas* (cidades ou cidadezinhas) – recorte 4, L 19 E L 59.
- . *collegas* (colegas), *della* (dela), - recorte 6, L 1.
- . *anniversario* (aniversário), *scintillações* (cintilações), *elles* (eles) – recorte 7, L 27, L 30 E L 34.
- . *occasião* (ocasião), *illumina* (ilumina), *aquelles* (aqueles) – recorte 8, L 20, L 32 E L 33.
- . *commandante* (comandante), *applausos* (aplausos) – recorte 9, L 2 E L 8.
- . *soffre* (sofre), *ella* (ela), *litteratura* (literatura) – recorte 11, L 3, L 4 E L 13.

Outras palavras são grafadas com consoante muda, hoje em desuso:

- . *escripta* (escrita), *factos* (fatos) – recorte 3, L 8 E L 8.
- . *seductora* (sedutora), *directoria* (diretoria) – *character* (caráter) – recorte 7, L 38, L 51 E L 53.
- . *acto* (ato), *redempção* (redenção) – recorte 8, L 17 E L 24.
- . *facto* (fato) – recorte 9, L 5.
- . *redemptora* (redentora) *fucturo* (futuro) – recorte 11 L 11.

Palavras grafadas com y e que, atualmente, se grafam com e ou i:

- . *sympathia* (simpatia) – recorte 7 L 63.
- . *gyrandolas* (girândolas) - recorte 9 L 7.

Palavras que, agora, são grafadas com z, grafadas com s:

- . *organizadores* (organizadores) – recorte 6 L 9.
- . *razão* (razão) - recorte 11 L 25.
- . *jornalzinho* (jornalzinho) – recorte 5 L 15.

Palavras hoje grafadas retirando o h:

- . *theatro* (teatro), *entusiasmos* (entusiasmos), - recorte 6 L 2 e L 7.
- . *sympathia* (simpatia) – recorte 8 L 23.
- . *entusiasta* (entusiasta) – recorte 11 L 54.

Palavras que representam os numerais com grafia diferente da de hoje:

- . *dous* (dois) – recorte 3, L 4
- . *cincoenta* (cinqüenta) – recorte 6, L 9.

3.3.1 – Características prosódicas

Segundo Julio Ribeiro (1885), as paroxítonas do século XIX deveriam ser acentuadas graficamente, quando terminassem com a, e, o, ea, eo, ia, ie, io, ua, uo, x etc. No entanto , há palavras que constam nos *Piparotes* que não estão acentuadas graficamente como:

- . *colonia* (colônia) – recorte 5 L 11.
- . *amavel* (amável) – recorte 6 L 4.
- . *adoraveis* (adoráveis) – recorte 7 L 35.
- . *Palacio* (Palácio) – recorte 8 L 13.

J. Ribeiro aponta vários casos de acentuação gráfica nas palavras proparoxítonas, contudo, o autor ressalta que existem muitas delas que só serão percebidas como tal a partir de uma prática. Desse modo percebemos que as palavras proparoxítonas que aparecem em nossa amostra não levam acento, como:

- . *magnifico* (magnífico) – recorte 3 L 6
- . *fatidica* (fatídica) – recorte 4 L 11.
- . *politica* (política) – recorte 10 L 5.
- . *masculo* (másculo) – recorte 11 L 61.

A crase que a indicação da fusão da preposição a com o artigo é representada pelo acento agudo e não pelo grave como é atualmente:

- . *hoje á noite* - recorte 6 L 2.
- . *por elles á fora* – recorte 7 L 34.

Emprego de apóstrofe, assinalando a supressão de uma vogal:

- . *d'uma* – recorte 4 L 16.
- . *d'ahi* – recorte 7 L 77.

3.4 Relação tema e título

Ocupando-se com o tema universal da ascensão do homem negro, Cruz e Sousa combate a desumanidade da escravatura, integrando-se ao movimento abolicionista com reflexos em sua poesia e nos escritos em prosa. Como o que se pode observar no trecho transcrito, em que Cruz e Sousa cumprimenta Florianópolis, *Provincia*, pedindo-lhe que tenha mais atenção e carinho para com os negros tão sofridos:

E' agora a occsião de felicitar a Provincia e pedir-
lhe, em nome da Liberdade que tem vivido a chorar á

sombra do anacronismo escravocata, toda a sympathia, todo amor, todo o carinho pela redempção da desgraçada raça dos tristes.(recorte 8 – O Moléque – nº 38 de 13/9/1885)

Nesse outro trecho, podemos perceber que Cruz e Sousa se orgulha de sua etnia e de ter uma boa educação, igual a cada cidadão daquela comunidade.

Se não se destribuio convite para o Moléque porque o seu redator chève é um creoulo, é preciso saber-se que esse creoulo não é um imbecil que não o saiba e o diga bem alto, por sua honra, por seu orgulho, porque não se véxa de hombraear com ninguém deste mundo que saiba o que è cavalheirismo, educação e probidade.

E' um creoulo que tem muita presumpção em o ser e que não se curva, a despeito de tudo, senão ao talento, á bondade e ao carcter. (recorte 7 –O Moléque – nº 35 de 16/8/1885)

Alguns textos escritos por Cruz e Sousa refletiam seu pensamento abolicionista de maneira clara, a começar pelas conferências proferidas por ele na Bahia e no Ceará: *estamos em face de um acontecimento estupendo, cidadãos: A abolição da escravatura no Brazil*. Estes textos foram editados, em partes, em *O Moléque*. Algumas partes desses textos ficaram perdidas por não se encontrarem devidamente guardados os exemplares daquele jornal. Observe o trecho:

Estamos em face de um acontecimento estupendo, cidadãos:

A abolição da escravatura no Brazil.

Neste momento, do alto desta tribuna, onde se tem derramado em ondas de inspiração, o verbo vigoroso e masculino de diversos outros oradores, eu vou tentar vibrar nas vossas almas cidadãos, no fundo de vossos corações, brasileiros, os grandes sentimentos emanados da abolição; eu vou appellar pára vossas mães, para vossos filhos, para

vossas esposas. (recorte 11 – O Moléque – nº 43 de 12/10/1885)

Outro tema abordado nos textos de Cruz e Sousa são os Direitos Humanos, principalmente, no que se refere à *confraternização dos grandes principios da igualdade* e a *Todos os homens são iguaes em face da natureza*, sempre em relação ao homem negro.

Fiamo'-nos em nos mesmos no direito commum do pensamento humano, na confraternização dos grandes principios da igualdade, que presamos, que admiramos.

Fiamo'-nos ainda, nisto:

Na comunhão livre das almas, na crença de que na terra só vemos espíritos e corações e não preconceitos de cores e arreganhos de potentados.

Fiamo'-nos neste poder absoluto da sciencia sociológica:

Todos os homens são iguaes em face da natureza.

(recorte 10 – O Moléque – n ° 43 de 12/10/1885)

Nessa fase da obra de Cruz e Sousa não se observa de maneira específica a preocupação com os direitos dos negros, já que o que importava realmente não era somente a liberdade, mas sim os direitos, ou seja, verificar as condições de sobrevivência social do negro após a abolição, uma vez que a lei que foi aprovada não privilegiava a condição social mínima necessária para a manutenção da liberdade dada, pois não oferecia a ele o direito a emprego, saúde e moradia.

O título dado à coluna, para a qual os textos de nossa amostra foram escritos, foi *Piparotes* que é definido, no dicionário, como pequenas pancadas com a cabeça do dedo médio ou do indicador, que momentaneamente apoiados ao polegar, dele se soltam com força. E talvez a idéia de Cruz e Sousa tenha sido dar uma sacudidela na sociedade elitista do século XIX, tentando fazê-la refletir sobre

questões que afligiam a ele e a todos os cidadãos que observavam os problemas sociais e políticos do país e, em especial, a abolição.

Segundo noticiaram os nossos collegas, hoje á noite haverá no theatro Santa Isabel, uma festa abolicionista, com o concurso amável da S.D.P. Álvaro de Carvalho.

Sim, é bom isso:...

Mas que no fim dos enthusiasmos justos, não saiam, o respeitavel publico e os organizadores da festa com cincoenta arrobas de gelo nas...idéas... patrioticas e humanitarias.

(recorte 6 – O Moléque – nº 33 de 02/8/1885)

3.5 A estrutura do texto

Aqui objetivamos analisar as características gerais de uma produção jornalística, uma vez que nossa amostra são textos produzidos para o jornal *O Moléque*.

O texto jornalístico está sempre ligado à sociedade e é difícil separá-lo da realidade, já que sua função é informar justamente fatos e ações da sociedade em que está inserido. Segundo Alceu Amoroso Lima (1990:60):

Essa função informativa é, pois, o primeiro e precípua fim do jornalismo. É para isso que o jornalismo tem de estar a par das coisas, estar bem informado para poder informar. É para isso que tem de viver no meio dos acontecimentos, em pleno fluo vital.

Todo texto jornalístico, portanto, tem a função de informar o leitor sobre algum fato ou idéia do cotidiano. Segundo Nilson Lage (2005:73):

O que caracteriza o texto jornalístico é o volume de informação factual. Resultado da apuração e tratamento dos dados pretende informar, e não convencer. Isso significa que o relato, por definição, está conforme o acontecimento – este sim, passível de crítica e capaz de despertar reações distintas nos formadores de opinião e entre os receptores da mensagem em geral (...) O texto jornalístico é a notícia, que expõe um fato novo ou desconhecido, ou uma série de fatos novos ou desconhecidos do mesmo evento, com suas circunstâncias.

Um texto retrata as idéias do tempo e da sociedade em que vive o seu autor, ou seja, torna-se um depoimento sobre uma realidade. Assim, por exemplo, os editoriais, as manchetes de jornais, inclusive documentos, trazem matérias sobre os temas que estão em evidência naquele preciso momento. Não se deve depreender desta afirmativa que a relação do texto com a história signifique dizer que ele narra, obrigatoriamente, fatos históricos. Não se trata disso, significa dizer que, nos textos, são materializados os ideais, as concepções, os anseios e os temores de um povo numa certa época. Como, por exemplo, no trecho retirado de *O Moléque*, em que há referências a situação da escravidão no Brasil à época de 1885 e a questão da libertação dos escravos feita no Ceará:

A escravatura, escrevia < Correio Brasiliense> em Londres, é um mal para o individuo que a soffre e para o estado onde elle se admitte, lemos no < *Brazil e a Inglaterra ou o Trafico dos Africanos*.

No intuito de esboroar, derruir a montanha negra da escravidão no Brazil, ergueram-se em toda a parte apostolos decididos, patriotas sinceros que pregam o avançamento da luz redemptora, isto é, a abolição completa.

O Ceará que foi o berço da litteratura por que deo Alencar, quis também ser a cabeça libertadora da raça escrava deste paiz, e, à golpes de direito e a vergastadas de clarões, conseguiu este Alleluia supremo:

Não ha mais escravo no Ceará.

(recorte 11 – O Moléque – nº 43 de 12/10/1885)

È muito difícil ou praticamente impossível não se revelar no momento da produção do texto jornalístico, a subjetividade e as influências pessoais do redator, levando a um questionamento da imparcialidade do texto escrito. Sobre isso assevera N. Lage (2006:15):

A par do sensacionalismo, e no esforço para superá-lo, os jornalistas conseguiram empregar rigor às técnicas de apuração e tratamento de informações. Foram buscar no espírito científico o respeito pelos fatos empíricos e o cuidado para não avançar além daquilo que os fatos permitem ao senso comum inferir.

Portanto a compreensão de um texto vai além da simples decodificação de termos nele impressos, não basta simples reconhecimento de palavras, parágrafo, é preciso levar em conta em que situação ele é produzido. A compreensão exige do leitor uma sintonia com os fatos referendados no texto.

O texto jornalístico tem como características principais apuração dos fatos, que são as informações, a produção textual e a opção por frases curtas e é uma via importante para a sociedade, pois, é a partir dele que se partilham experiências e se discutem idéias, mesmo sem contato físico. No texto jornalístico, o diálogo é sempre estabelecido e estabelece uma função social, um compromisso com a ideologia, não se fazendo jornalismo dissociado da sociedade e do tempo histórico, isto o torna não só um veículo de informação acerca dos fatos relativos ao interesse social, como também um instrumento de propagação da idéias desta sociedade. No trecho abaixo, percebemos que há um diálogo entre o jornalista e os responsáveis por uma obra pública, em que o

jornalista cobra providências pela morosidade da obra, assumindo, assim, a voz da coletividade.

Continúa parado o aterro da praia do <Menino Deus>.

Não temos cessado de gritar contra isso, mas as cousas param no mesmo.

Snrs. Da Presidência e Edilidade, andem-me para a frente com esse aterro que me parece um carro de bois morosos, cansados, que esbarrou em alguma pedra colossal e que não ha meio de o fazer seguir para diante.

Vá lá, comtudo, toquem os bois, mettam-lhes as varas e...caminhem.

Siga o carro de bois.

Olha esse aterro que saia...do enigma, que passe a ser um problema resolvido.

Queremos ver como se arranja o trabalhinho...

Siga o carro de bois.

(recorte 8– O Moléque – nº 38 de 13/9/1885)

O texto jornalístico obedece a uma estrutura particular para a transmissão da informação. Temos, inicialmente, o que é chamado de *lead*, que significa conduzir, comandar, dirigir. Em jornalismo impresso *lead* é o primeiro parágrafo da notícia, que se inicia por um tópico frasal ou sentença-tópico. Segundo N. Lage (2005), a origem do *lead* está relacionada ao uso oral da língua, ou seja, à maneira como alguém relata algo a que assistiu.

Fernando Cascais (2001:125), conceitua *lead* como:

Introdução de uma notícia, correspondendo normalmente ao primeiro parágrafo (...) Este primeiro parágrafo permite condensar a informação mais relevante sobre o acontecimento e seu conteúdo condiciona fortemente o corpo da notícia e o título.

Lead é a ferramenta que os jornalistas utilizam para situar o leitor, para trazê-lo ao texto e para indicar qual será o assunto específico que a matéria vai

abordar. Logo após o *lead* vem o desenvolvimento do texto, onde o jornalista a partir do fato produz o texto com total imparcialidade. Como podemos perceber no recorte a seguir, Cruz e Sousa coloca logo de início a que se destina a notícia: registrar a liberdade da escrava Ursula através de um belo ato de D. Rita, depois comenta o fato e parabeniza tanto a senhora como a escrava.

A Exm^a. Snr^a. D. Rita, esposa do Snr. José Manoel de Souza, ex-commandante do corpo policial, concedêo liberdade á sua escrava Ursula. (recorte 9 – O moléque – n^o 41 de 06/10/1885)

Editoriais são textos jornalísticos em que o conteúdo expressa a opinião da empresa, da direção ou da equipe de redação, sem a obrigação de se ater a nenhuma imparcialidade ou objetividade. Geralmente são reservados espaços predeterminados para os editoriais nas primeiras páginas. Os Piparotes de O Moléque se assemelham a esta estrutura, já que é assumida uma visão crítica da realidade brasileira, principalmente no que diz respeito a condição do homem negro:

No dia 7, à uma hora da tarde, houve em Palácio a entrega de 28 cartas de liberdade, pela caixa-fundo de emancipação provincial. Foram distribuídas pelo Dr. Chefe de Polícia que dêo fulgores ao acto, proferindo um bonito discurso aos libertandos. É agora ocasião de felicitar a Provincia e pedir-lhe, em nome da liberdade que tem vivido a chorar à sombra do anacronismo escravocata, toda a sympathia todo o amor, todo o carinho pela redempção da desgraçada raça dos tritstes. Vinte e oito cartas de Liberdade, são vinte e oito bênçãos de consolo, de purificação moral! Vamos Santa Catharina, mais uma esforço sobre ti mesma e galgará o pedestal do Capitolio da Luz Democrática que encoraja os fracos e illumina os fortes, e aquelles que estão sob a terrível noite das desesperanças e das duvidas! Mais um passo para a igualdade dos direitos, para a comunhão das almas.

Obrigado, pelos libertandos do dia 7. (recorte 8 – O Moléque – nº 38 de 13/9/1885)

Como se observa os anos 80 e 90 do século XIX foram marcados por atribuições sociais no que se refere à abolição da escravatura, já que o fato do Brasil ainda manter um modelo tão arcaico, fez com que a modernidade e o progresso demorassem a se implantar no país. Santa Catarina, em especial, Florianópolis não ficaram a quem dessas atribuições, refletidas nos textos dos jornais da época.

3.5.1 – A organização do texto

Observando a maioria dos recortes escolhidos, verificamos que a organização é quase sempre a mesma. Esses recortes iniciam-se localizando a pessoa ou o lugar que motivaram o fato, normalmente essa pessoa ou lugar é um destaque na sociedade de Florianópolis naquela época. Logo depois há o cumprimento pelo ato que praticou, um comentário e, ao final, uma reflexão sobre esse ato. Como exemplo, escolhemos os recortes 6 e 9:

Recorte 6:

. No primeiro parágrafo, linhas 1, 2, 3, 4 e 5, há referência ao local: *theatro Santa Isabel e S.D.P. Álvaro de Carvalho*.

Segundo noticiaram os nossos collegas, hoje á noite haverá no theatro Santa Isabel, uma festa abolicionista com o concurso amavel da S.D.P. Álvaro de Carvalho.

. No segundo parágrafo, linha 6, o cumprimento pela *festa abolicionista e concurso*.

Sim, é bom isso.

. A partir do terceiro parágrafo, linha 7, até o nono parágrafo, linha 28, aparecem os comentários sobre o motivo da festa: a luta pela abolição, e os

comentários para que seus participantes não se percam nos festejos e esqueçam o real motivo da festa, levando o leitor a uma reflexão sobre o objetivo dessa festa.

Mas que no fim dos entusiasmos justos, não saiam, o respeitavel publico e os organizadores da festa com cincoenta arrobas de gelo nas...idéas... patrioticas e humanitarias.

Sentido com essa causa do Direito.

Uma vez na frente della, è fechar com força os olhos aos ridiculos interesses e aos chatos egoísmos e romper na treva uma catadupà de de luz.

Eia, minha gente desta America de Tiradentes, façam isso de forma que o Brasil, não explusa mais pela tuba da..., pelo grito formidavel do desespero dantesco e genial de Castro Alves, estes versos, encharcados de sangue e fé! -

<<Mas que bandeira é esta que impudente na gavea tripudia...

Silencio Musa, chora e chora tanto que o pavilhão se lave no teu pranto>>.

Uma aurora de benções, haja a festa abolicionista.

Recorte 9:

. No primeiro parágrafo, linhas 1, 2 e 3, o autor identifica a pessoa que pratica o ato de libertação com seu nome e como sendo esposa de um policial, situando-a como pessoa importante na sociedade de Florianópolis.

A Exm^a. Snr^a. D. Rita, esposa do Snr. José Manoel de Souza, ex-commandante do corpo policial,...

. Ainda no mesmo parágrafo, linhas 3 e 4, coloca o fato que motivou o editorial: *liberdade á sua escrava Ursula* . A escrava é identificada apenas pelo pré-nome, diferente da senhora, o que mostra a distinção entre elas.

..., concedêo liberdade á sua escrava Ursula.

. No segundo parágrafo, linhas 5, 6, 7, e 8, cumprimenta D. Rita pelo ato de libertação como ato de muito importância.

O <Moléque> tendo sciencia desse facto um tanto tarde, cumprimenta respeitoso a digna Snr^a estrugindo no ar gyrandolas de applausos!...

. Já no terceiro parágrafo, linha 9, o cumprimento é mais contido por se tratar de cumprimentar a escrava.

Parabens á Ursula.

. No quarto parágrafo, linha 10, e quinto parágrafo, linhas 11, 12 e 13, faz o comentário dizendo que os que libertam escravos são abençoados e que honram Guilherme Tell, levando o leitor a uma reflexão sobre a importância daquele ato.

Abençoados os que libertam escravos.

Como que honram a memória de Guilherme Tell, o grandioso libertadôr da Suissa.

3.6 A argumentação

Argumentar é fornecer argumentos, ou seja, razões a favor ou contra uma determinada tese. Segundo Chain Perelman (1996:73), toda argumentação parte de um

acordo que tem por objeto ora o conteúdo das premissas explícitas, ora as ligações particulares utilizadas, ora forma de servir-se dessas ligações: do princípio ao fim, a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes...

Como recurso de argumentação nos textos que compõem a amostra, Cruz e Sousa utiliza expressões de cumprimento como “Felicitar a província”, “Obrigado”, “curva-te”, “magnífico”, “applausos” para tentar conquistar um auditório ideal e universal, constituído por todos os seres racionais ou dotados de razão. Isso, segundo Perelman (1996), permite distinguir um discurso que visa convencer, isto é, que procura a adesão de um auditório universal.

Assim observando os recortes de nossa amostra, reconhecemos alguns mecanismos argumentativos como:

1. argumentos de valor universal – que buscam a adesão incontinenti dos leitores por crença religiosa como *abençoados*, por modernidade como *a grande obra do progresso*, por exaltação *Magnifico*, por distinção social *toilettes adoráveis*, entre outros conforme exemplos abaixo:

. *Abençoados os que libertam escravos* – recorte 9 L 10

. *A abolição, a grande obra do progresso è uma torrente que se despenca; não ha mais pôr-lhe embaraços à sua carreira vertiginosa.*
– recorte 11, L 68, L 69, L 70 e L 71.

. *Magnifico* – recorte 3 L 5.

. *Desfillava por elles à fora um esplendido cortejo de moças, com toilettes adoráveis, com collar entado de flores deliciosas.* – recorte 7 L 34, L 35 , L 36 e L 37.

. *Vamos, Santa Catharina, mais um exforço sobre ti mesma e galgará o pedestal do Capitolio da Luz Democrática que encoraja os fracos e illumina os fortes, e aquelles que estão sob a terrível noite das desesperanças e das duvidas!* – recorte 8, L 29, L 30, L 31, L 32, L 33 e L 34.

. *Eia minha gente desta America de Tiradentes, faça, isso de forma que o Brasil, não expulsa mais pela ..., pelo grito formidável do desespero dantesco e genial de Castro Alves estes versos, encharcados de sangue e fé!* – recorte 6, L 17, L 18, L 19, L 20, L 21 e L 22.

2. dados colhidos na realidade – as informações têm de ser exatas e do conhecimento de todos como *sr. Almeida- commandante da Policia, a queda da Bastilha, D. Rita e snr. Jose Manoel de Souza* – pessoas importantes e distintas, *Palacio, Club 12 de Agosto* – lugares conhecidos, *snr. Marcianno de Carvalho*:

. *Foi demittido do cargo de commandante da Policia, o digno cidadão o illm. sr. Almeida.* – recorte 10, L 1, L 2 e L 3.

. *Terça-feira, 14 do corrente, teve lugar no Grande Hotel o Banquete em homenagem a quédia da Bastilha, emancipação dos direitos de liberdade da gloriosa França.* – recorte 5, L 1, L 2, L 3, L 4 e L 5.

. *A Exm^a Snr^a D. Rita. Espos do Snr. José Manoel de Souza, ex-commandante do corpo policial, concedêo liberdade á sua escrava Ursula.* – recorte 9, L 1, L 2, L 3 e L 4.

. *No dia 7, á uma hora da tarde, houve em Palacio a entrega de 28 cartas de liberdade, pela caixa-fundo de emancipação provincial.* – recorte 8, L 12, L 13, L 14 e L 15.

. *A 12, houve no Club 12 de Agosto, o grande baile de Anniversario ao qual o luxo e o bom gosto, a magnificencia, não faltaram. – recorte 7, L 26, L 27, L 28 e L 29.*

. *O Snr. Marcianno de Carvalho, acaba de dar liberdade, isto é, de enveredar para a luz, dous escravos que possuía – recorte 3, L 2, L 3 e L 4.*

3. exemplos – para fortalecer a argumentação há referências a exemplos conhecidos retirados da História Universal e que é de domínio público como *Guilherme Tell, Carlos I, Luiz XVI, Maria Antonieta e Rainha Isabel*:

. *Como que honram a memória de Guilherme Tell, o grandioso libertador da Suissa. – recorte 9, L 11, L 12 e L 13.*

. *É' ahi que desaparecem na noite da historia os Carlos I e Luiz XVI, as Maria Antonieta e Rainha Isabel, é ahi que desaparece o se' epiro, para dar lugar á republica, a unica forma de governo compatível com a dignidade humana, na phrase de Assis Brasil, no seu bello livro – Republica Federal. – recorte 11, L 100 a L 107.*

4. citações de autoridades – utilizar textos de outros escritores ou teóricos, fazendo citação de seu nome e parte da obra, como se observa neste trecho em que coloca o nome de *Castro Alves* e cita um trecho de sua poesia:

. *...pelo grito formidavel de Castro Alves, estes versos, encharcados de sangue e fé!:*

<<Mas que bandeira é esta que impudente na gávea tripudia...

Silencio Musa, chora e chora tanto que o pavilhão se lave no teu pranto>>.-recorte 6, L 20 a L 26.

Esses mecanismos ajudam a convencer o leitor e mostram a necessidade de sintonia entre o leitor e o produtor do texto. No caso dos *Piparotes* serviram para mostrar ao leitor a importância da libertação do negro, não para o próprio homem negro mas também para o reconhecimento da modernidade e benevolência dos homens brancos daquela sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram retomados aspectos da língua portuguesa escrita no Brasil, considerando os fatores históricos e socioculturais que caracterizam os textos produzidos por Cruz e Sousa, em Florianópolis, em 1885, examinando os documentos por meio do aparato teórico e dos princípios norteadores da Historiografia Lingüística que se constitui como uma ciência, fazendo uma interface com os estudos da língua e da história, com o objetivo de reconstruir acontecimentos humanos.

Durante o século XIX, ocorreram no Brasil manifestações pela abolição da escravatura, porém poucos foram aqueles que se aventuraram a defendê-la publicamente, uma vez que, por ser o Brasil extremamente agrário, a questão da libertação não despertava interesse daqueles que detinham o poder. Mas com o advento da industrialização, o Brasil sentiu necessidade de uma modernização, da ajuda de países mais desenvolvidos que impunha condições para essa ajuda, como a de extinção da escravidão.

Ao executarmos esta pesquisa pudemos examinar, sob o ponto de vista histórico-lingüístico, um período marcante para a sociedade brasileira que antecedeu a abolição da escravatura. Entendemos que a análise de documentos permite-nos observar pistas históricas e identitárias que se materializam lingüisticamente. O fato de tomarmos a língua como prática social ofereceu-nos condições de análise de elementos histórico-sociais.

Na metade do século XIX, a imprensa teve grande importância na divulgação dos novos pensamentos e teorias sociais, políticas e econômicas, sempre documentando os fatos e tornando-os mais compreensíveis a seus leitores. Os textos *Piparotes* retratam atos de libertação dos negros antes da abolição, manifestações pela abolição e discriminações sofridas por Cruz e Sousa por sua condição de homem negro.

O apoio teórico-metodológico da Historiografia Lingüística, permitiu-nos olhar os textos produzidos por Cruz e Sousa como um documento histórico aberto à interpretação, além de possibilitar-nos entender que a língua não pode ser

tomada apenas sob a perspectiva de sua dimensão interna, mas faz-se necessário olhá-la no contexto do clima de opinião da época em que o documento foi produzido. O documento que analisamos concretiza e faz repercutir os direitos do homem por meio da língua.

As informações e opiniões contidas nos *Piparotes* foram interpretadas de forma interdisciplinar, uma vez que refletiam a língua em uso e a história do final do século XIX, assim chegamos à conclusão de que os objetivos a que nos propusemos foram alcançados, já que identificamos as práticas sócio-históricopolíticas e os aspectos da língua em uso no Brasil àquela época.

O enfoque histórico-lingüístico contribuiu para que a língua em uso naquela época, no Brasil, fosse compreendida em sua dimensão interna e externa, bem como permitiu que fizéssemos um resgate da história, da política, da economia e do social do Brasil e de Florianópolis, observando que o homem estabelece relações com o meio em que vive por meio da língua.

Ao longo desta pesquisa, verificamos que os temas constantes dos *Piparotes* eram as referências à libertação do homem negro e à discriminação sofrida pelo jornal *O Moleque*, por ter como redator um homem negro.

Constatamos que os documentos analisados apresentam em sua materialidade lingüística características do português em uso no Brasil, nos anos finais do século XIX, tais como as oscilações ortográficas e a argumentação.

Os recortes dos textos de *O Moléque* confirmam, portanto, que a língua não pode ser vista apenas sob o olhar de sua dimensão interna, mas faz-se necessário olhá-la no contexto do clima de opinião da época em que foram produzidos, pois refletem lingüisticamente à época em que foram escritos e a influências sofridas por seu produtor.

Percebe que as manifestações pela libertação do homem negro eram também uma concessão do homem branco e uma tentativa de salvar a economia da época, já que o negro e a escravidão tinham deixado de ser fonte de renda.

Por fim, esperamos que os estudos empreendidos, nessa dissertação, possam ter alcançado a meta a que se propôs, abrir novas perspectivas para a continuidade desse tipo de pesquisa, a fim de que, por meio de estudos históricos

e historiográficos em língua portuguesa, possamos entender melhor a língua, a sociedade, o homem e seus comportamentos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Marly de Souza. *Metalinguagem e Identidade Lingüística Brasileira na Sátira Poética de Oswald de Andrade*. Tese de doutoramento. PUC/SP, 2003.
- ALTMAN, Cristina. *A pesquisa Lingüística no Brasil (1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998.
- AUROUX, Sylvain. *Filosofia da Linguagem*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- BARBOSA LIMA SOBRINHO. *A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BASTOS, Neusa M. O. B. *O fazer em Língua Portuguesa*. In: Neusa Bastos (org.). *Língua portuguesa em calidoscópio*. 1.ed. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2004, v.1, p.73-83.
- BASTOS, Neusa M. O. B. & PALMA, Dieli V. (orgs.). *História entrelaçada: A construção de gramática e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BECHARA, Evanildo. *Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.
- BENVENISTE, Emile. *Problemas da Lingüística Geral I*. Campinas: Pontes, 1991.
- _____. *Problemas da Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BÉRGSON, H. *A Evolução Criadora*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do desterro*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução a Historiografia*. São Paulo: EDUSC, 2003.

- CARDSOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.
- CARDOSO, Fernando H. e IANNI, Otávio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- CARR, Edward Hallet. *O que é História*. 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CARVALHO, Castelar de. *Para compreender Saussure*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- CASCAIS, Fernando. *Dicionário de Jornalismo: as palavras dos media*. Lisboa: Verbo, 2001.
- CASTILHO, Ataliba T. de (org.). *Para a história do português brasileiro. V. I: Primeiras Idéias*. São Paulo: Humanitas, 1998.
- CAVALIERE, Ricardo. *Fonologia e Morfologia na Gramática Científica Brasileira*. Niterói: Eduff, 2000.
- COUTINHO, Afrânio (org.). *Cruz e Sousa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979
- COSERIU, Eugenio. *Sincronia, Diacronia, História*. Trad. Carlos Alberto da Fonseca & Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- _____ *Teoria da linguagem e lingüística geral*. Trad. Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- COSTA VAL, Maria da Graça, *Redação e Textualidade*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- CRUZ E SOUSA, João da. *Literatura comentada. Seleção de Textos, notas, estudos biográficos, histórico e crítico e exercícios*. São Paulo: Abril Educação, 1982.
- _____ *Últimos Sonetos*. Florianópolis: UFSC, 1979.
- _____ *Faróis*. Edição fac-similar. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.
- ELIA, Silvio. *Fundamentos Histórico-Lingüísticos do Português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- FARACO, Carlos Alberto. *Lingüística Histórica*. São Paulo: Parábola, 2005.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. 30.ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

- GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. *O Escravismo Colonial*. 6ª ed., São Paulo: Ática, 1992.
- HJELMSLEV, Louis, *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico Tomo II*, 3 volume, 2.ed., São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
- IANNI, Octávio. *Escravidão e Racismo*. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1988.
- KOCH, Villaça Ingedore. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez, 1996.
- KOERNER, Konrad. *Practicing Linguistic Historiography. Selected Essays*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1989.
- _____. “Questões que persistem em historiografia lingüística” In Revista Anpoll, nº 2, p. 47-70, 1996.
- KRISTEVA, Julia. *História da Linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1969.
- KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- LE GOFF, Jaques. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 2003.
- MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *Poesia e vida de Cruz e Sousa*. São Paulo: Américas, 1961.
- Manual da Redação: Folha de S.Paulo – São Paulo: Publifolha, 2006.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A. 1981.
- MURICY, José Candido de Andrade. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*, Vol. I e II. 2a. ed., Brasília: Conselho Federal de Cultura do Instituto Nacional do Livro, 1973.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. *Cartas de Cruz e Sousa*. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1993.
- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. *Bases Teórico-Metodológicas da Historiografia Lingüística*. São Paulo: PUC/SP, 2004, xerografado.

_____(org.). *A Historiografia Lingüística: rumos possíveis*. São Paulo: Edições Pulsar: Terras do Sonhar, 2005.

PAUL, Hermann. *Princípios Fundamentais da História da Língua*. Trad. Maria Luisa Schemann, Lisboa: Calouste Gulbekian, 1966.

PEREIRA, Moacir. *Imprensa e Poder, A Comunicação em SC*, Florianópolis: FCC-Lunardelli, 1992.

PERELMAN, Chaim & Tyteca, Lucie Olbrechts. *Tratado da argumentação: a Nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Júlio. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Teixeira & Irmão, 1885.

ROCHA, Anderson Jacob. *A língua, a história e as práticas cartorial e religiosa em testamentos produzidos em Passos no século XIX*. Dissertação de Mestrado. PUCSP, 2005.

SACHET, Celestino (org.). *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Graficar, 1970.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do ser negro*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1999.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (org.). *Para a história do português brasileiro. Volume II: Primeiros Estudos. Tomo I*. São Paulo: Humanitas, 2001.

SILVA NETO, Serafim da. *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1957.

_____. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Presença, 1976.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. *A formação histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1967.

SILVEIRA, Luiz Fernando Fonseca. *A cidadania Apagada: um estudo histórico-linguístico em Cartas de Alforria escritas no Brasil do Século XIX*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC, 2000.

_____. *O Processo de subordinação lingüística e de subordinação social da etnia negra no século XIX*. Tese de doutoramento, PUC/SP, 2005.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Trad. Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História. Foucault Revolucionou a História*. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UnB, 1995.

VIANA, Márcia Serra Ribeiro. *Linguagem como fato total*. Londrina: Humanidades, 2005.

VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Senzala à Colônia*, 3ª edição. São Paulo: UNESP, 1998.

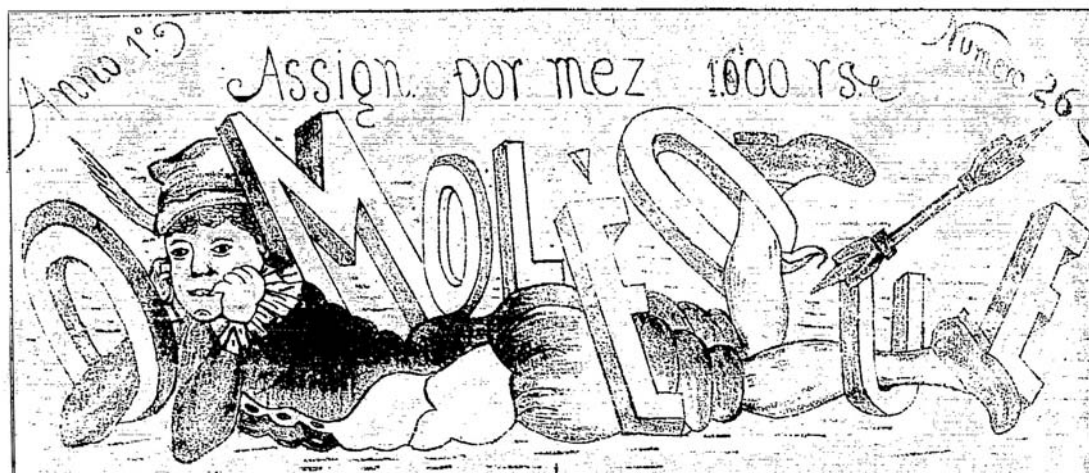
Sites consultados:

- . www.multiculturalismo.hpg.ig.com.br/txtHaroldo
Acesso em 10 de julho de 2007.
- . www.mundocultural.com.br
Acesso em 25 de fevereiro de 2007.
- . www.cesuscsj.com.br
Acesso em 10 de julho de 2007.
- . www.furb.br
Acesso em 15 de fevereiro de 2007.
- . www.brazilianmusic.com/aabc/literatura/cruzesousa.html
Acesso em 10 de fevereiro de 2007.
- . www.poetaslivres.com.br
Acesso em 15 de fevereiro de 2007.
- . www.forum.valinor.com.br/archive/indexe.php/+ - 11000.html
Acesso em 10 de fevereiro de 2007.
- . www.ufepe.br

Acesso em 10 de fevereiro de 2007.

ANEXOS

Recorte 1 do jornal O Moléque - edição nº: 26 de 26/3/1885



Redacção de Cruze Souza Propriedade de uma Associação



Recorte 2 do jornal O Moléque - edição nº: 26 de 26/3/1885



A Voz do Povo continua a divertir a nozsa população, com as suas burlas.

Emquanto isso, o sr. Moreira recebe as cartas registradas que envia a C. S. A. I. e protesta pela usurpação das franquias de conde, que acompanharão as cartas.

E affiança aos seus correligionarios que muito breve uma bomba Imperial fará vóar o pavilho liberal.

O que, na nossa opinião, fará com que seja acclamado Rei da terra, o sr. Luzosa.

Recorte 3 do jornal O Moléque - edição nº: 26 de 26/3/1885

Paparotes

L1 Curva-te, Moléque.

L2 O Snr. Marcianno de Carvalho, acaba
L3 de dar liberdade, isto é, de enveredar
L4 ra a luz, dous escravos que possuia.

L5 Magnifico.

L6 Nós que não somos como a imprensa
L7 narcotica que não aureola com as flo-
L8 res da palavra e da escripta, factos como
L9 estes, talvez, pela unica razão de não ser,
L10 quem o praticou, nenhum barão ou com-
L11 mendador pifio e sucio, nós, repicando

L12 alegremente—degoz os sinos sonoros do
L13 clarimbrante catódoro dos jubilos—a
L14 cima—diante da figura sympathica e
L15 distinctamente carelheirosa, do benfado
L16 cidadão, fazemos das nossas esperanças
L17 e das nossas orações, como na entrada
L18 do Christo em Jerusalem, um tapeto fran-
L19 co e largo para a sua passagem trium-
L20 phante no caminho do direito.

L21 Curva-te, Moléque.

Recorte 4 do jornal O Moléque - edição nº: 30 de 12/7/1885

A Bastilha

L1 Na França dava-se este nome em geral
L2 a todas as prisões do Estado; porém, cou-
L3 be a boa ou má fortuna de monopolisar o
L4 a de Santo Antonio, em Paris; verdade é
L5 que, dentro de suas muralhas tinham-se ac-
L6 cumulado, durante 400 annos, os horro-
L7 res e as iniquidades da tyrannia.

L8 A força de servir as contrarias paixões
L9 e os interesses egoistas da monarchia ab-
L10 soluta—chegou a symbolisar a augmenta-
L11 ção de tal forma sua fatidica sombra,
L12 através dos seculos, que ainda hoje ao
L13 fallarmos della—e hoje que já não restam
L14 nem as ruínas—parece fallar-se d'uma
L15 ocliosa e preterida instituição antes que
L16 d'uma antiga e inanimada fortaleza.

L17 Os edificios que tem a sua historia da
L18 mesma maneira que as sciencias, por-
L19 que n'elles encara-se já um grandioso
L20 ou já um sinistro espirito—mais que ne-
L21 llhum outro acha-se neste caso, a terri-
L22 vel prisão derrubada pelo sopro immor-
L23 tal da liberdade no notavel dia 14 de ju-
L24 lho de 1789.

L25 Não foi em sua origem senão um hu-
L26 milde torreão destinado á defesa do Sa-
L27 na, alli onde o rio penetrava n'antiga ci-
L28 dade; porém quando em metade do se-
L29 culo XVI o rei Carlos V installou-se defi-
L30 nitivamente em S. Paulo, não se encon-
L31 trando a cidade protegido dentro das for-
L32 tificações vigaladas pelo preboste dos mer-
L33 cadores, Henrique Marcel no extremo do
L34 arrabalde de Santo Antonio, ordenou a
L35 construção de um vasto castello no mes-
L36 mo solar em que se conservava a primi-
L37 tiva fortaleza.

L38 Hugo Aubriot, successor de Estevão Mar-
L39 cel, poz, no mez de Abril de 1369, a pri-
L40 meira pedra, e tres annos depois a ultima
L41 do edificio, composto então somente de
L42 duas torres redondas, enlaçadas entre si
L43 por um forte laço de cantaria,—que ser-
L44 via de muralha.

L45 Aubriot pensava o bom Aubriot, ao termi-
L46 nar sua obra, de que havia de morrer
L47 dentro d'ella, accusado de heresia e de
L48 manter relações amorosas com uma sup-
L49 posta feiticeira judaica.

L50 Em 1533 augmentaram-se os torreões
L51 e o numero de torres, a que deram os no-
L52 mes de *Thesouro, Capella, Poço, Liber-
L53 tade, Comté, Coin, Bertrandière e Bassi-
L54 nière*, com os quaes e com o numero de
L55 circumvalação de 24 metros de altura por
L56 tres de largura e com o fossom de 26 me-
L57 tros de largura por oito de profundidade,
L58 ficou convertida a Bastilha, n'uma das
L59 mais poderosas cidadellas do mundo.

L60 Sobre a porta principal campeavam e

L61 seguiram campeando até o dia das vin-
L62 ganças, como symbolicos protectores do
L63 infame alcaçar, tres estatuas de pedra,
L64 das quaes a de Santo Antonio parecia as-
L65 sombrada de ver-se entre a de Carlos VI,
L66 o rei imbecil, segundo a historia, e a de
L67 Isabel da Baviera, a corteza corçada.

L68 Já Stuart Mill disse na sua obra *A Li-
L69 berdade* que não se pode fazer grandes
L70 cousas com pequenos homens.

L71 Não acontece isso com a França que
L72 produz grandes cousas porque tem gran-
L73 des homens.

L74 A queda da Bastilha é um rasgo digno
L75 da autonomia dos verdadeiros cidadãos,
L76 Teve razão o grandioso Michelet quan-
L77 do disse:

L78 A Historia é uma resurreição.
L79 E é; porque com a accentuação dos
L80 tempos, apresenta os factos com aquella
L81 veracidade inabalavel que lhes dá eter-
L82 na cor e eterna vida.

L83 O dia 14 de julho de 1789 é, para o po-
L84 vo francez, como que o som vibrante do
L85 clarim da liberdade, echoando por todas
L86 as suas glotias á fóra.

L87 E como se aproxima o dia 14 de julho
L88 de 1885, anniversario dessa dacta trium-
L89 phante, o *Moléque* saída a colonia fran-
L90 ceza residente em Santa Catharina—como
L91 a representante da maravilhosa regenera-
L92 ção social que alargou os musculos e re-
L93 vigorou o sangue destes tres elementos do
L94 civismo humano:

L95 Liberdade, igualdade, fraternidade.

L96 Gloria á patria omnipotente dos omni-
L97 potentes espiritos de Zolá e Victor Hugo.

Z. K.

Recorte 5 do jornal O Moléque - edição nº. 31 de 19/7/1885

Piparotes

L1 Terça-feira, 14 do corrente, teve lugar
L2 no Grande Hotel o „Banquete” em homena-
L3 gem a quêda da Bastilha, emancipação
L4 dos direitos de liberdade da gloriosa
L5 França.

L6 Quanto a isso bem.

L7 Estiveram presentes, pessoas de socie-
L8 dade, convidados diversos e membros da
L9 imprensa.

L10 Agora, uma cousa:—

L11 A Colonia franceza, ou, a parcélla que
L12 festejou o dia do grande triumpho patrio
L13 e universal, considerou a imprensa no nu-
L14 mero da gente digna, esquecendo-se de
L15 nós, talvez por sermos um *jornalinho*...

L16 Mas, ouça, essa parcélla da colonia fran-
L17 cesa:—

L18 A indelicadêsa, a enfactuação pavones-
L19 ca dos patricios de Zola, não deveria exis-
L20 tir, uma vez que o Moléque foi o que se ocu-
L21 pouse mais largamente, em artigo de fun-
L22 do, trazendo dados historicos, da bella
L23 data franceza.

L24 Procedimento esse de que o Moléque não
L25 se arrepende, porque praticou conforme
L26 os seus sentimentos de dever humano, de
L27 civismo e de enthusiasmo por uma causa
L28 que deve ser a causa da collectividade
L29 universal.

L30 O Moléque não é o esfôlla cara das ruas,
L31 na phrase de Valentim Magalhães, nem o
L32 abocanhadôr peralta e atrevido que salta
L33 a noite os muros altos para lançar a pros-
L34 tituição no seio das familias, não é o ga-
L35 rôo das praças publicas, o *gamin* das la-
L36 trinas sociaes, o tartufo encasacado e enlu-
L37 vado que arrasta a sua imbecilidade cor-
L38 nea pelos clubs; pelos theatros, pelas reu-
L39 niões; pelos passeios.

L40 É um jornal môço, môço, quer dizer
L41 nervoso, môço, quer dizer sanguineo, cheio
L42 de pulso, fôrte, vibrante, evolucionista,
L43 adiantado.

L44 Não estaciona, na posição de kagado
L45 tranquillo, pelas estradas da existencia
L46 intellectual.

L47 Não é uma ôstra pôdre, na agua estag-
L48 nada, vêrdê, sulphurea do atraso, da in-
L49 differença e da preguiça mental.

L50 Não é um pôreo rebolcado na lama da
L51 estupidéz, na esterqueira da bestidade lô-
L52 pa, velha, chapada, langanhênta e zebrosa.

L53 Portanto, a parcélla da colonia France-
L54 za, andou mal, muito mal, desconsideran-

L55 do de um modo tolo e presumido a quem a
L56 considerou, considerando tambem a sua
L57 festa e o seu justo prazer.

L58 Estas linhas que fiquem como exemplo, a
L59 facturos festejos e que sejam leves na cons-
L60 ciencia dos que a tem fraca, como a terra
L61 sobre os corpos que apodrecem no chão
L62 dos frios cemiterios.

Recorte 6 do jornal O Moléque - edição nº: 33 de 2/8/1885

Pipeiros

L1 Segundo noticiaram os nossos collegas,
L2 hoje á noite haverá no theatro Santa Isa-
L3 bel, uma festa abolicionista, com o con-
L4 curso amavel da S. D. P. Alvaro de Car-
L5 valho.

L6 Sim, é bom isso:..

L7 Mas que no fim dos enthusiasmos jus-
L8 tos, não saiam, o respeitavel publico e os
L9 organisadores da festa com cincoenta ar-
L10 robas de gejo nas...idéas...patrioticas e
L11 humanitarias.

L12 Sentido com essa causa do Direito.

L13 Uma vez na frente della, é fechar com
L14 força os olhos aos ridiculos interesses e
L15 aos chatos egoismos e romper na treva
L16 uma catadupa de luz.

L17 Eia, minha gente desta America de
L18 radentes, façam isso de forma que o
L19 sil, não explusa mais pela tuba da
L20 ria, pelo grito formidavel do dese-
L21 pero daniesco e genial de Castro-Alves, es-
L22 tes versos, encherecaios de sangue e fé! —

L23 «Mas que bandeira é esta que impuden-
L24 te na gavea tripudia...

L25 Silencio Musa, chora e chora tanto que
L26 o pavilhão se lave no teu pranto».

L27 Uma aurora de benções, unja a festa
L28 abolicionista.

Recorte 7 do jornal O Moléque - edição nº. 35 de 16/8/1885

Piparotes

L1 Domingo ultimo houve o espectáculo da
L2 digna Alvaro de Carvalho, que esteve na
L3 altura dos seus meritos e ovacções; reali-
L4 sou-se tambem a conferencia annunciada,
L5 havendo um poucochito de friesa da
L6 parte do publico e...caceteamento da
L7 parte do orador...

L8 Ora seu homem...

L9 Appareceu mais uma verbasinha para
L10 o atterro da praia do Menino Deus.

L11 Vamos a ver isso.

L12 Queira o mesmo Menino Deus que a
L13 praia não fique a ver atterro por...tele-
L14 gramma...

L15 Quem sabe, seu da Presidencia.

L16 Sentido com isso.

L17 E conte connosco para o que resultar
L18 d'ahi: Já sabe muito bem que cá o Trac,
L19 como seu amigo dedicado e fiel, tem direi-
L20 to em saber o menino como procede em
L21 relação á cobres e quejandos assumptos
L22 monetarios.

L23 Bom será, pois, que o resultado disso,
L24 não dê em bôlas, seu da Presidencia.

L25 Bom será.

L26 * A 12, houve no Club 12 de Agosto, o
L27 grande baile de Anniversario ao qual o lu-
L28 xo e o bom gosto, a magnificencia, não
L29 faltaram.

L30 As scintillações das luzes, das flores, dos
L31 espelhos, dos lustres e das serpentinas, da-
L32 vam um aspecto deslumbrante e ricamen-
L33 te faustoso, aos bellos salões do Club.

L34 Desfilava por elles á fora um esplendi-
L35 do cortejo de moças, com toilettes adora-
L36 veis, como um collar encantado de flores
L37 deliciosas.

L38 Estava seductora e fina a sociedade que
L39 dava a tudo aquillo uns tons phantasticos
L40 e côr de rosa.

L41 Achavam-se alguns representantes da Im-
L42 prensa, menos o Moléque que teria de em-
L43 balsamar-se primeiro, para não cheirar a
L44 cachaça ou a creoulo fôrro, a fim de me-
L45 lhor subir as escadarias pomposas do má-
L46 gestosissimo e fidalgo Club 12.

L47 Porque o Moléque não tem rôlha na boc-
L48 ca diante da incivilidade, da indelicadesa
L49 baixa, da ridicula posição parva e apalha-
L50 çada em que ficou, para com elle, a di-
L51 rectoria do Club.

L52 Uma vez que o Moléque não é um trapo
L53 sujo do monturo, um caracter enlavadado
L54 com syhills moral por dentro, um pasquim
L55 ordinario e safado, um bebado de todas
L56 as esquinas ou um leproso de todas as
L57 mas, havia obrigação, obrigação, ouça
L58 Club 12, de ser o Moléque considerado
L59 mo gente, uma vez que foi considerado
L60 a outra imprensa que não está em nada
L61 em cousa nenhuma superior a este orgão.
L62 Não é com brutalidade que se adquire
L63 sympathia.

L64 Se não se distribuio convite para o Mo-
L65 léque porque o seu cedactor chefe é um
L66 creoulo, é preciso saber-se que esse creoulo
L67 lo não é um imberil que não o saiba e o
L68 diga bem alto, por sua honra, por seu or-
L69 gulho, porque não se véxa de hombrrear
L70 com ninguem deste mundo que saiba o
L71 que é cavalheirismo, educação e probida-
L72 de.

L73 E' um creoulo que tem muita presump-
L74 ção em o ser e que não se curva, a despei-
L75 to de tudo, senão ao talento, á bondade
L76 e ao caracter.

L77 E d'ahi, o diamante são do carvão,

L78 A pérola vem do abyssmo.

L79 A aurora rompe da tréva.

L80 O dia surge da tréva.

L81 A acção do Club portanto, foi pessima,
L82 inqualificavel, indigna de gente que se
L83 présa de calçar uma luva e deitar uma
L84 gravata branca.

L85 Indigna de uma sociedade; digna de ba-
L86 damécós sem criterio e juizo; digna de es-
L87 piões de policia que présam a delicadeza
L88 pela melhor paga.

L89 São assim as corporações da nossa terra.
L90 Tolas e sem brio.

L91 Felizmente o Moléque, agarra da pá
L92 com que cá em casa se enterra a civilida-
L93 de fôfa e atira com ella no monturo do
L94 despreso, arrumando-lhe ainda por cima
L95 uma pasada da cal da...piedade!...

L96 Apodrece, cousa má...

Trac *

Recorte 8 do jornal O Moléque - edição nº: 38 de 13/9/1885

Piparotes

L1 Recebemos o «Estudante» que tomou
L2 um desenvolvimento physico intellectual
L3 —bem acceitavel.

L4 Desta vez apparece-nos como um órgão
L5 do Club Litterario *Ramos Junior*.

L6 E' dirigido o «Estudante» por um pu-
L7 nhado de moços cheios de aspirações e
L8 crêças.

L9 Ao «Estudante» que agora amanhece
L10 cheio de coragem, nos combates da im-
L11 prensa, os «bons dias» do Moléque.

*

L12 No dia 7, á uma hora da tarde, houve
L13 em Palacio a entrega de 28 cartas de li-
L14 berdade, pela caixa-fundo de emancipa-
L15 ção provincial.

L16 Foram distribuidas pelo Dr. Chiefe de
L17 Policia que deo fulgôres ao acto, profe-
L18 rindo um bonito discurso aos libertan-
L19 dos.

L20 E' agora a occasião de felicitar a Provin-
L21 cia e pedir-lhe, em nome da Liberdade
L22 que tem vivido a chorar á sombra do ana-
L23 chronismo escravocrata, toda a sympathia
L24 todo o amor, todo o carinho pela redem-
L25 pção da desgraçada raça dos tristes.

L26 Vinte e oito cartas de Liberdade, são
L27 vinte e oito bençãos de consolo, de puri-
L28 ficação moral !

L29 Vamos, Santa Catharina, mais um ex-
L30 forço sobre ti mesma e galgará o pedes-
L31 tal do Capitolio da Luz Democratica que
L32 encoraja os fracos e illumina os fortes, e
L33 aquelles que estão sob a terrivel noite das
L34 desesperanças e das duvidas !

L35 Mais um passo para a igualdade dos di-
L36 reitos, para a communhão das almas.

L37 Obrigado, pelos libertandos do dia 7.

L38 A' noite, nesse mesmo dia, deo a « Al-
L39 varo de Carvalho» a sua récita com o
L40 drama «Jenny ou a honra de minha fi-
L41 lha» e a comedia «Por causa de um al-
L42 garismo».

L43 O Moléque por não ter mãos, nem phra-
L44 ses bastantes para applaudir frenetica-
L45 mente, doudamente, o comportamento
L46 sympathico dos valentes amadores nas ta-
L47 boas do scenario, encommenda á todas
L48 as primaveras os seus turbilhões de flôres
L49 e a todos os dias de sol os seus clarões
L50 lampejantes—como uma irradiação que
L51 lhes circumdará as frentes.

L52 Bravo ! Bravissimo !

*

L53 Continúa parado o aterro da praia do
L54 «Menino Deus».

L55 Não temos cessado de gritar contra isso,
L56 mas as cousas páram no mesmo.

L57 Snrs. da Presidencia e Edilidade, an-
L58 dem-me para a frente com esse aterro
L59 que me parece um carro de bois morosos,
L60 cansados, que esbarrou em alguma pedra
L61 colossal e que não ha meio de o fazer se-
L62 guir para diante.

L63 Vá lá, comtudo, tóquem os bois, met-
L64 tam-lhes as varas e...caminhem.

L65 Siga o carro de bois.

L66 Olha esse aterro que saia...do enigma,
L67 que passe a ser um problema resolvido.
L68 Queremos ver como se arranja o traba-
L69 lhinho...

L70 Siga o carro de bois.

Trac.

Recorte 9 do jornal O Moléque - edição nº: 41 de 06/10/1885

Piparotes

- L1 A Exm^a. Snr^a. D. Rita, esposa do Snr. L32 Chegou o novo Presidente da phalange
L2 José Manoel de Souza, ex-commandante do L33 conservadora.
L3 corpo policial, concedêo liberdade á sua L40 O Moléque espicha a sua espinha (sem
L4 escrava Ursula. L41 epigramma) á sua Ex^a. de palacio e péde
L5 O «Moléque» tendo sciencia desse facto L42 que lhe envie, por extrêma delicadêsa,
L6 um tanto tarde, cumprimenta respeitoso L43 o relatório Paranaguá que o outro Sr. ex-
L7 a digna Snr^a estrugindo no ar gyrandolas L44 presidente não nos mandou...
L8 de applausos !... L45 Seja bem vindo, com b pequeno, uma
L9 Parabens á Ursula. L46 vèz que não pôde sêr Bemvindo com b
L10 Abençoados os que libertam escravos. L47 grande, porque já se chama—Rocha.
L11 Como que honram a memoria de Gui- L48 Vamos pois, Exm^a., não me seja impas-
L12 lherme Tell, o grandioso libertadôr da sível como a... rocha.
L13 Suissa. L49 Ora pois.
L14 Os Pyrilampos exhibiram-se ultima- L50
L15 meate. L51 As nossas cortezias, Snr.
L16 Muita gargalhada e muitas palmas, foi
L17 o que houve, segundo me disseram, por-
L18 que não tive a doce ventura de vêl-os.
L19 Paciencia !
L20 Ficará para outra vèz.
L21 Não obstante, agradecidissimo pelo
L22 convite...
L23 A Alvaro de Carvalho já não nêga fogo..
L24 Bem bom desempenho, quêr do drama,
L25 quêr da comédia.
L26 O amadôr que fêz de Gadichet n'aquelle
L27 e de Doutor, n'esta ,tem franca, *manière*
L28 cômica.
L29 Ah, Gustavinho...
L30 Os mais, em linha recta...
L31 Cã o Trac não tem vergonha de confes-
L32 sar que se lambeu todo de gôsto.
L33 Muito *chic*, o capricho dos bohemios
L34 da Arte de João Caetano...
L35 A sympathia do Moléque e um brita-
L36 nico *Shake-hand*, pelo motivo do espec-
L37 taculo.

Recorte 10 do jornal O Moléque - edição nº. 43 de 12/10/1885

Piparotes

L1 Foi demittido do cargo de commandan-
L2 te da Policia, o digno cidadão o illm. sr.
L3 Almeida.

L4 A não ser por uma raivinha de dentes
L5 dessa grande creança a politica, não acha-
L6 mos razão para encaisar esse acto da pre-
L7 sidencia.

L8 O sr. capitão Almeida, é uma indivi-
L9 dualidade credora de estima e sympathia
L10 porque liga a firmeza do caracter a firme-
L11 za do trato.

L12 Nunca tivemos ludíbrio nem ovações
L13 para os que não merecem.

L14 Não precisamos curvar a nossa espi-
L15 nha á bajulação servil e torpe.

L16 Caim merece ser punido, punimos Caim;
L17 Abel merece ser laureado, laureamos
L18 Abel.

L19 Nisto, a nossa consideração para os
L20 bons, o nosso sarcasmo para os máos.

L21 Muitos perguntam ás vezes quando nos
L22 leem, em que nos fiamos.

L23 Fiamo'-nos em nos mesmos, no direito
L24 commum do pensamento humano, na
L25 confraternisação dos grandes principios
L26 da igualdade, que prezamos, que admira-
L27 mos.

L28 Fiamo'-nos ainda, nisto:

L29 Na communhão livre das almas, na
L30 creença de que na terra só vemos espiritos
L31 e corações e não preconceitos de cores e
L32 arreganhos de potentados.

L33 Fiamo'-nos neste poder absoluto da s-
L34 ciencia sociologica:

L35 Todos os homens são iguaes em face
L36 da natureza.

Recorte 11 do jornal O Moléque - edição nº. 43 de 12/10/1885

Abolicionismo

L1 A escravatura, escrevia o « Co-reio
L2 Brasiliense » em Londres, é um mal para
L3 o individuo que a soffre e para o estado
L4 onde ella se admitte, lemos no « *Brazil*
L5 e a Inglaterra ou o Trafico dos Africa-
L6 nos.

L7 No intuito de esboroar, derruir a mon-
L8 tanha negra da escravidão no Brazil, er-
L9 gueram-se em toda a parte apostolos de-
L10 cididos, patriotas sinceros que pregam o
L11 avançamento da luz redemptora, isto é, a
L12 abolição completa.

L13 O Ceará que foi o berço da litteratura
L14 por que deo Alencar, quiz tambem ser a
L15 cabeça libertadora da raça escrava, deste
L16 paiz, e, á golpes de direito e a vergasta-
L17 das de clarões, conseguiu este Alleluia su-
L18 premo:

L19 *Não ha mais escravo no Ceará.*

L20 Não obstante o desenvolvimento gra-
L21 dual, accessivo da grande ideia da demo-
L22 cracia ciocrata que prepara os homens,
L23 fal-os cidadãos para o trabalho moderno,
L24 educado por uma philosophia mais Spen-
L25 ceriana, mais na rasha do seculo evolu-
L26 cionador, apparece a lei do Sr. Saraiva,
L27 desmentindo todo o brio patriótico, toda
L28 a dignidade civica da nação do Sr. Pedro
L29 Segundo.

L30 Uma lei de fancia, essa; uma lei que
L31 escravisa os escravos e documenta com a
L32 morte, a liberdade dos mais velhos.

L33 Uma lei que faria rir o proprio Voltaire
L34 n'uma d'aquellas suas explosões tre-
L35 mendas de ironia phantastica e diabolica.

L36 Entretanto, para organizar por assim
L37 diser, mais exacta e mais verdadeira a
L38 ideia abolicionista nesta terra de Oliveira
L39 Paiva, o « Moléque », que sempre « lar-
L40 gou todos os seus sentimentos altruistas,
L41 pela causa da humanidade servil, que é
L42 a causa do fucturo, começa a publicar
L43 hoje alguns fragmentos de uma brilhan-
L44 te conferencia Abolicionista do seu pujan-
L45 tissimo redactor, sobre esse assumpto,
L46 feita na sala da redacção da «Gazeta da
L47 Tarde » da Bahia.

L48 Concluida que seja esta, publicará um
L49 discurso do mesmo, pronunciado no thea-
L50 tro S. João, por occasião da libertação to-
L51 tal do luminoso Ceará e assim, successi-
L52 vamente, o « Moleque » prestará o seu hu-
L53 manitário auxilio para movimentar de
L54 certa forma mais inteira, mais enthusias-
L55 ta, a abolição entre nós.

L56 « Estamos em face de um aconteci-
L57 mento estupendo, cidadãos:

L58 A abolição da escravatura no Brazil.

L59 Neste momento, do alto desta tribuna,
L60 onde se tem derramado em ondas de ins-
L61 piração, o verbo vigoroso e masculino de
L62 diversos outros oradores, eu vou tentar
L63 vibrar nas vossas almas cidadãos, no fun-
L64 do de vossos corações, brasileiros, os gran-
L65 des sentimentos emanados da abolição;
L66 eu vou appellar para vossas mães, para
L67 vossos filhos, para vossas esposas.

L68 A abolição, a grande obra do progresso
L69 é uma torrente que se despenca; não ha
L70 mais pôr-lhe embaraços à sua carreira
L71 vertiginosa.

L72 As consciencias compenetraram-se dos
L73 seus altos deveres e caminham pela ve-
L74 reda da luz, pela vereda da Liberdade,
L75 igualdade e fraternidade, essa triologia
L76 enorme, pregada pelo philosopho do Chris-
L77 tianismo e ampliada pelo author dos—
L78 Chatiments,—o velho Hugo.

L79 Já è tempo cidadãos, de impuuharmos
L80 o archote incendiario das revoluções da
L81 ideia e lançarmos a luz onde houver tre-
L82 va, o riso onde houver pranto a abundan-
L83 cia onde houver fome.

L84 Basta de gargalhadas !

L85 Este seculo se tem rido muito e se o ri-
L86 so é um caustico para a dôr physica, é
L87 um veneno para a dôr moral e o sécl'o ri-
L88 se á porta da dor, ri-se como um Voltaire,
L89 ri-se como um Polichinello.

L90 O riso, cidadãos, torna-se a synthese
L91 de todos os tempos.

L92 Mas, ha occasiões que se observam as
L93 palavras da escriptura:

L94 Quem com ferro fere com ferro será fe-
L95 rido.

L96 E então, o riso, esse riso secular que
L97 zombou da lagrima, levanta-se á favor
L98 della e por seu turno cancanêa, vingando-
L99 se tambem.

L100 E' ahí que desaparecem na noi-
L101 te da historia os Carlos I e Luiz XVI, as
L102 Maria Antonieta e Rainha Isabel, é ahí
L103 que desaparece o sceptro, para dar lo-
L104 gar á republica, a unica forma de gover-
L105 no compativel com a dignidade humana,
L106 na phrase de Assis Brasil, no seu bello
L107 livro— *Republica Federal*.

(Continúa.)
Cruz e Souza